

Ateliê para a América Latina e Caraíbas — AIPAA 2022
Celebrando a pesca sustentável e equitativa de pequena escala

Relatório



2 a 5 de novembro de 2022

Parque Estatal da Ilha do Cardoso, Cananéia, São Paulo, Brasil

Relatório elaborado por **Ligia M. Rocha, Sivaja K Nair e Janani Ganesan**

Organizado por

Coletivo Internacional de Apoio ao Pescador Artesanal (CIAPA)

Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas (CONFREM)

Instituto Linha D'Água e

Associação de Moradores de Itacuruçá Pereirinha (AMOIP)





Ateliê para a América Latina e Caraíbas — AIPAA 2022
Celebrando a pesca sustentável e equitativa de pequena escala

Relatório

2 a 5 de novembro de 2022

Parque Estatal da Ilha do Cardoso, Cananéia, São Paulo, Brasil

Relatório elaborado por

Ligia M. Rocha, Sivaja K Nair e Janani Ganesan

Coletivo Internacional de Apoio ao Pescador Artesanal (CIAPA)
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas (CONFREM)
Instituto Linha D'Água e
Associação de Moradores de Itacuruçá Pereirinha (AMOIP)



Relatório sobre o ateliê para a América Latina e Caraíbas — AIPAA 2022
Celebrando a pesca sustentável e equitativa em pequena escala

Novembro de 2022

Relatório elaborado por

Lígia M Rocha, Sivaja K Nair e Janani Ganesan

Publicado por

Coletivo internacional de apoio ao pescador artesanal

22, 1.º andar, Venkatrathinam Nagar, Adyar,

Chennai 600 020, Tamil Nadu, Índia

Endereço eletrônico : icsf@icsf.net

Página Web : <https://www.icsf.net/resources/latin-america-workshop-iyafa-2022/>

Editado por

Vaibhav Raghunandan

Desenhado por

Vasanth Christopher M S

Capa

Pescadores artesanais das comunidades de Itacuruça e Pereirinha, na Ilha do Cardoso, mostrando o manuseio da rede de cerco aos participantes no ateliê

Frente interior

Participantes no ateliê para a América Latina e Caraíbas — AIPAA 2022, Cananéia, São Paulo, Brasil

Dorso interior

Juliana Greco, assessora sociotécnica para os movimentos sociais na costa sul do Estado de São Paulo, Brasil, preparando o painel de facilitação gráfica para os debates do ateliê

Contracapa :

Viviane Machado Alves, pescadora artesanal da região da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, Brasil, pesca com rede de emalhar de superfície

Direitos de autor © ICSF 2022

ISBN 978-93-80802-59-6

Embora a CIAPA se reserve todos os direitos para esta publicação, qualquer parte da mesma pode ser livremente copiada e distribuída, desde que seja concedido o crédito adequado. É proibida qualquer utilização comercial deste material sem autorização prévia. A CIAPA gostaria de receber uma cópia de qualquer publicação que a utilize como fonte.

As opiniões e posições expressas na presente publicação são as dos autores em causa e não representam necessariamente os pontos de vista oficiais da CIAPA.

Índice

Lista de Abreviaturas.....	v
DIA 1: 02 DE NOVEMBRO DE 2022	1
1. Sessão de abertura.....	1
1.1. Cerimónia mística	1
1.2. Mesa de abertura.....	1
2. Orientações, Programa e registos do ateliê	3
3. Sessão 1: Pesca artesanal — Contexto da pesca de pequena escala e expectativas do ateliê AIPAA 2022.....	3
3.1. Apresentações dos grupos.....	3
Grupo das Caraíbas (inglês).....	3
Grupo brasileiro (português).....	4
Discussão	6
Grupo hispanofalante	6
Debate	7
DIA 2: 03 DE NOVEMBRO DE 2022	8
4. Sessão 2: Segurança Social, Educação e Saúde	8
4.1. Apresentações dos grupos.....	8
Grupo brasileiro (português)	8
Grupo das Caraíbas (inglês)	9
Grupo de hispanofalantes A	10
Grupo de hispanofalantes B	11
5. Sessão 3: Desafios e estratégias face à economia azul.....	12
5.1. Considerações preliminares	12
5.2. Sombras a azul: análise do impacto da economia azul sobre a pesca artesanal na América Latina, apresentado por Leopoldo Cavaleri Gerhardinger, Brasil.....	13
5.3. Apresentações dos grupos.....	14
Grupo de hispanofalantes A	14
Grupo de hispanofalantes B	15
Grupo das Caraíbas (inglês)	15
Grupo brasileiro (português)	16

6. Visita de campo 1: Rota dos mangais e encontro com os golfinhos	17
DIA 3: 04 DE NOVEMBRO DE 2022	18
7. Sessão 4: Mulheres na pesca artesanal e equidade de género	18
7.1. Reflexões iniciais sobre as mulheres na pesca artesanal	18
7.2. Apresentações dos grupos.....	21
Grupo 1: Direitos.....	21
Grupo 2: Conhecimentos.....	21
Grupo 3: Economia	22
Grupo 4.a: Saúde e Violência.....	22
Grupo 4.b: Masculinidade	23
7.3. Plano de Ação para a Igualdade de Género na Pesca Artesanal na América Latina e Caraíbas.....	23
8. Sessão 5: Capacitar as organizações latino-americanas: ULAPA.....	26
DIA 4: 05 DE NOVEMBRO DE 2022	27
9. Visita de campo 2: Pesca tradicional na ilha do Cardoso	27
10. Despedida da AMOIP	28
11. Sessão 6: Declaração do ateliê AIPAA para a América Latina e Caraíbas 2022 e encerramento.....	28
ANEXOS	29
Anexo 1 : Declaração de Cananeia	29
Anexo 2 : Facilitação Gráfica	33
Anexo 3 : Documento de Síntese.....	35
Anexo 4 : Programa	38
Anexo 5 : Lista dos participantes	40

Lista de Abreviaturas

ACTIC	Articulação das comunidades tradicionais na ilha do Cardoso
AIPAA	Ano Internacional da Pesca e da Aquicultura Artesanais
AMOIP	Associação dos Moradores das Comunidades de Itacuruçá Pereirinha
AMP	Áreas Marinhas Protegidas
ANP	Associação Nacional das Pescadoras
APA	Área de Proteção Ambiental
BCFA	Aliança dos Pescadores Comerciais das Bahamas
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CNFO	Rede das Organizações de Pescadores das Caraíbas
COFI	Comité de Pescas (FAO)
CONAPACH	Confederação Nacional de Pescadores Artesanais do Chile
CONFEPESCAR	Confederação dos Pescadores Artesanais das Caraíbas
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
CONMECOOP	Confederação Mexicana de Cooperativas de Pesca e Aquicultura
COP	Conferência das Partes
CPP	Conselho Pastoral de Pescadores
EBSA	Áreas Marinhas com Significado Ecológico ou Biológico
FACOPADES de RL	Federação das Associações de Cooperativas de Pesca Artesanal de El Salvador
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FEDEPESCE	Federação de Pescadores Artesanais e Ambientalistas do Departamento de Cesar
FENACOPEC	Federação Nacional das Cooperativas de Pesca do Equador
FENAPESCA	Federação Nacional dos Pescadores Artesanais da Guatemala
FIUPAP	Federação para a Integração e a Unificação de Pescadores Artesanais do Peru
CIAPA (ICSF)	Coletivo Internacional de Apoio ao Pescador Artesanal
LDA	Instituto Linha D'Água

MPF	Ministério Público Federal (Brasil)
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras
NUPAUB	Núcleo de apoio à pesquisa sobre populações humanas e áreas úmidas brasileiras
ONG	Organização Não Governamental
NFO	Organização Nacional das Pescas
OMECE	Outras medidas de conservação baseadas em zonas
RDS	Reservas de desenvolvimento sustentável
RENAMUPES	Rede Nacional da Confederação das Mulheres do Setor das Pescas, da Aquicultura e dos Defensores da Água e da Cultura
RESEX	Reserva extrativista (Brasil)
SITRAMAR	Sindicato dos Trabalhadores do Mar
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Brasil)
UAPA	União Argentina de Pescadores Artesanais
UC	Unidade de Conservação
ULAPA	União Latino-Americana de Pescas Artesanais
UPESABD	União de Pescadores Artesanais de Bocas del Toro
USP	Universidade de São Paulo
WFFP	Fórum Mundial das Populações de Pescadores

DIA 1: 02 DE NOVEMBRO DE 2022

1. Sessão de abertura

A sessão de abertura do ateliê para a América Latina e Caraíbas do Ano Internacional da Pesca e da Aquicultura Artesanais (AIPAA) consistiu em duas atividades — uma de carácter místico-cerimonial e uma mesa redonda.

1.1. Cerimónia mística

Na parte místico-cerimonial, os participantes foram convidados a colocar-se num círculo e os representantes da comunidade local da Associação de Moradores de Itacuruçá Pereirinha (AMOIP) orientaram os participantes durante a cerimónia. Tinha sido pedido que trouxessem elementos representativos da pesca a pequena escala (PPE) na sua região e assim os participantes chegaram com mapas



Cerimónia mística da sessão de abertura da AIPAA ALC

que mostravam a localização das suas comunidades, maquetas de artes de pesca, vasos com plantas tradicionais etc. A AMOIP convidou os participantes a apresentar-se, a apresentar as sua organização e os objetos que tinham trazido para o grupo. A cerimónia representou a unidade e a diversidade do ateliê, com representação de 16 países diferentes.

1.2. Mesa de abertura

A mesa de abertura foi o momento em que se deram as boas-vindas oficiais a todos os participantes. Sergio Carlos Neves, residente na ilha do Cardoso e presidente da AMOIP, abriu a sessão com um discurso de boas-vindas. Apresentou aos participantes a Itacuruçá Pereirinha na ilha do Cardoso, que tem 11 comunidades, 9 das quais são povos *caiçara*¹ e indígenas. Em seguida tomou a palavra Henrique Kefalás, coordenador do Instituto Linha D'Água (LDA). Henrique afirmou que o ateliê dava à AMOIP uma oportunidade para recuperar o seu território e mostrar o potencial das comunidades para o fazer. Partilhou a sua esperança de que o ateliê permitisse interações produtivas para o



AIPAA LAC 2022 Mesa de abertura com Sergio Neves (AMOIP), Henrique Kefalás (Instituto Linha D'Água/CIAPA) e Flavio Lontro (CONFREM) do Brasil, Vivienne Solis Rivera (CoopeSoliDar/CIAPA) da Costa Rica e Nadine Nembhard (CNFO/WFFP) do Belize

crescimento da pesca artesanal na América Latina e Caraíbas. Vivienne Solis Rivera, representante do Coletivo Internacional de Apoio ao Pescador Artesanal (CIAPA), destacou a luta mundial da pesca artesanal de pequena escala.

Vivienne afirmou que os pescadores têm direitos fundamentais, como o direito à terra, ao desenvolvimento social e ao trabalho digno, sublinhando que as mulheres da comunidade também têm direitos. No caso da pesca, a atenção deve passar da economia para a criação de crescimento de forma integrada, tendo em conta a vida das famílias e dos coletivos que trabalham no setor. A luta pelos direitos dos pescadores também tem que ver com a garantia da segurança alimentar na América Latina e Caraíbas. Criticou a agenda da economia azul por não dar prioridade à pesca artesanal. Segundo Vivienne, este ateliê facilitaria e ajudaria a reforçar esta ideia. Vivienne agradeceu aos seus colegas do Brasil e da comunidade local antes de convidar Nadine Nembhard, em representação da Rede das Organizações de Pescadores das Caraíbas (CNFO), a dirigir-se aos participantes.

Como disse Nadine, os líderes da PPE têm de estar cientes dos desafios que implica a luta pelos seus direitos e pela segurança alimentar na comunidade. Falando sobre os desafios da poluição marinha, afirmou que os pescadores de pequena escala devem as suas ferramentas e as suas vidas ao oceano e, por conseguinte, cabe-lhes a eles restaurar a dignidade do oceano. Flavio Lontro, presidente da Comissão Nacional para o Reforço das Reservas Extrativistas Marinhas (CONFREM), congratulou-se pelas renovadas esperanças que as últimas mudanças políticas no Brasil trazem para a PPE. Flavio afirmou que o AIPAA 2022 representava uma plataforma única para a União Latino-Americana de Pescas Artesanais (ULAPA) prosseguir a luta pela vida dos pescadores. Apesar das diferenças linguísticas, afirmou que a ULAPA estava disponível para ouvir e apoiar todos, incluindo a delegação das Caraíbas. Flavio comentou que recentemente foi criada a Rede Ibero Americana de Pesca Artesanal de Pequena Escala, alargando assim a participação aos pescadores artesanais da União Europeia. Acrescentou ainda que o CONFREM, a ULAPA e a Rede Ibero Americana ajudariam a criar normas que funcionem para os pescadores de pequena escala latino-americanos e das Caraíbas.

2. Orientações, Programa e registos do ateliê

Nesta sessão, os participantes foram informados sobre as diretrizes e a estrutura do ateliê. Foram salientadas as duas estratégias inovadoras que deveriam ser utilizadas para fazer a cobertura do ateliê: Cobertura audiovisual colaborativa (CAC) e facilitação gráfica. Estes métodos complementaríamos a tradução e a elaboração do relatório final, para que os debates do ateliê fossem acessíveis a todos.

A CAC é uma ferramenta educativa de aprendizagem profissional que ajuda a construir produtos audiovisuais para documentar lugares onde se partilha, recolhe e divulga conhecimento, neste caso o ateliê AIPAA 2022. Os objetivos da CAC são os seguintes:

- incentivar a produção cultural relacionada com os temas debatidos no ateliê através de um processo participativo
- propor práticas que promovam a aprendizagem ativa, de modo a que os participantes sistematizem os conhecimentos gerados no ateliê através de produtos audiovisuais.

A formação CAC consistiu em três módulos de desenvolvimento de competências. O primeiro módulo abordou a investigação, o guião e o planeamento. O segundo debruçou-se sobre a produção, a direção e a gravação e discutiu os conhecimentos técnicos necessários para executar as competências desenvolvidas no primeiro módulo. O terceiro centrou-se na criação do produto final, os processos de edição e publicação para que o vídeo esteja pronto para difusão.

Na facilitação gráfica, as ideias e as informações discutidas nas reuniões participativas são transformadas em imagens para ajudar a sistematizar os conteúdos de modo a facilitar a sua compreensão. Os facilitadores orientaram a criação de dois painéis narrativos em tempo real ao longo do ateliê, que captaram visualmente a essência dos debates em tempo real.

3. Sessão 1: Pesca Artesanal — Contexto da pesca de pequena escala e expectativas do ateliê AIPAA 2022

Para ter em conta o elevado número de participantes e a diversidade linguística, os participantes foram divididos em três grupos — português, espanhol e inglês. Em seguida, foi-lhes pedido que partilhassem as suas expectativas, os principais desafios e as estratégias necessárias para a pesca de pequena escala.

3.1. Apresentações dos grupos

Grupo das Caraíbas (inglês)

Os representantes das Caraíbas centraram-se em seis pontos principais: mulheres na pesca, jovens no setor da pesca, reconhecimento da PPE, educação e formação, redes e governação, e partilha de informação.

Embora as mulheres pescadoras desempenhem um papel importante na pesca, os membros do grupo argumentaram que os seus contributos não são reconhecidos. Esta situação deve ser corrigida e as mulheres pescadoras devem ser nomeadas para ocupar cargos de gestão de algo nível, funções que atualmente, em grande parte, são exercidas por homens.

É necessário criar estratégias para interessar e envolver os jovens na pesca artesanal. É necessário incentivar a profissão e sensibilizar através da educação e das escolas técnicas. É necessário destacar o papel que a PPE desempenha na segurança alimentar da população, contribuindo assim para superar os estigmas culturais que desvalorizam a profissão. Durante a pandemia, a PPE foi a única indústria a operar e a gerar rendimentos, e os pescadores foram considerados fundamentais para garantir a segurança alimentar. No entanto, quando a pandemia abrandou, foram novamente esquecidos.



Os representantes do Grupo das Caraíbas fazem a sua apresentação na primeira sessão da AIPAA ALC 2022

Os pescadores devem receber formação e fomento de várias competências, incluindo a contabilidade e a gestão de empresas.

É importante atrair as mulheres para as empresas, promover a governação e manter organizações que representam os pescadores e criam alianças na região. Estas redes, parcerias e alianças devem ir além do AIPAA. A organização da PPE à escala local, nacional e regional para influenciar os governos e as políticas públicas é uma necessidade primordial. No entanto, os representantes insistiram em que a CNFO se mantivesse apolítica.

Os representantes esperam que, através de mais ateliês como este, seja possível partilhar com pescadores de outras regiões informação sobre a aplicação das Diretivas voluntárias para garantir a sustentabilidade dos pescadores de pequena escala no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza. Em particular, esperavam, que o ateliê ajudasse a reforçar a colaboração entre as populações pescadoras das Caraíbas e da América Latina.

Grupo brasileiro (português)

O grupo brasileiro debruçou-se sobre os seguintes temas: ação política, aquicultura e pesca sustentável, privatização e fortalecimento da comunidade da PPE através de alianças, capacitação e elaboração de políticas de base.

Contrariamente à posição do grupo das Caraíbas, os representantes brasileiros enfatizaram a necessidade de uma ação política. Contextualizaram o atual clima político e a forma como este poderia afetar as comunidades piscatórias artesanais do país. Embora a recente eleição do novo presidente no Brasil possa proporcionar espaço para a satisfação das necessidades da pesca artesanal, é necessário ter presente que o Congresso e a Câmara dos Deputados têm uma maioria conservadora, suscetível de apoiar o modelo de negócios corporativo e a homogeneização, que exploram a pesca artesanal e destroem o seu modo de vida.

Os oradores partilharam várias formas de reforçar a comunidade da pesca artesanal:

É importante formar as comunidades locais para que cresçam em grupo, em vez de formar indivíduos, e para tal são necessários centros educativos nas comunidades locais. No Brasil, a



O representante do grupo brasileiro partilha os pontos de discussão do grupo na sessão

comunidade aprendeu muito durante a pandemia e construiu uma rede de solidariedade para se ajudar mutuamente na obtenção de alimentos e outros artigos de primeira necessidade. É necessário assegurar a continuação destas práticas, opinaram os participantes. A outra forma de reforçar a comunidade é através da promoção de alianças e da divulgação de informação. Os porta-voz do grupo incentivaram a expansão das redes e movimentos existentes em toda a América Latina e Caraíbas. Referiram igualmente a necessidade de promover o diálogo a diferentes níveis, nas comunidades locais, nas organizações de pescadores de pequena escala e noutros.

O Brasil tem várias organizações que ajudam a articular as necessidades dos pescadores artesanais, como o Movimento de Pescadores e Pescadoras (MPP) e a CONFREM a nível nacional, e a AMOIP e a Articulação das Comunidades Tradicionais da Ilha do Cardoso (ACTIC) a nível regional e local. Mas, segundo os apresentadores, é igualmente necessário que estas organizações ajudem a influenciar a política a nível institucional, com a participação, entre outros, dos governos e das universidades. Os participantes defenderam o restabelecimento e o alargamento do apoio político institucional.

Esta influência na elaboração de políticas e na governação deve ser alcançada através da recolha de informações junto das comunidades piscatórias, a fim de promover uma abordagem a partir das bases, por oposição às atuais estratégias de elaboração de políticas que estão dissociadas das necessidades dos pescadores artesanais.

Além disso, argumentaram que a governação territorial contribui para proteger os interesses das comunidades, face à exploração por parte de empresas dedicadas, por exemplo, à aquicultura de grande escala ou pelos portos. As zonas protegidas, que podem ser mais bem geridas através da governação territorial e da participação das comunidades locais, desempenham um papel importante na resposta a crises graves, como a do derrame de petróleo em 2019, pelo que devem ser promovidas.

Os participantes denunciaram a privatização no país pois desestabiliza os territórios e a governação da PPE. Com efeito, o ateliê foi realizado numa zona que tinha enfrentado uma ameaça semelhante e, se não fosse pela intervenção da AMOIP, estaria sob o controlo de uma empresa privada. A comunidade não teria tido direitos sobre os seus próprios territórios. Os participantes afirmaram que o ateliê estava a ser realizado no momento certo e ajudaria a criar conhecimentos e solidariedade na comunidade.

Os participantes brasileiros também manifestaram preocupação quanto à aquicultura. Embora muitas conversas no AIPAA debatam a aquicultura como solução para o setor, os debates sobre o que é efetivamente a aquicultura e qual é o seu impacto no ambiente têm sido raros. A mera promoção isolada da aquicultura não é suficiente; a pesca artesanal também tem de ser preservada. É necessário falar de pesca sustentável em aliança com as comunidades piscatórias de pequena escala.

Discussão

Maria Aparecida Ferreira, da CONFREM, concordou que é necessário ouvir as vozes da comunidade e sugeriu que a comunidade identificasse líderes que representariam os pescadores artesanais.

Ao abordar o movimento dos jovens da comunidade que abandonam a pesca e se dirigem para as cidades, Marly Lúcia da Silva Ferreira, da CONFREM, recomendou melhorar a imagem do setor dentro e fora da comunidade, assim como a capacitação dos jovens da comunidade.

No que se refere às Áreas Marinhas Protegidas (AMP), Vivienne Solis Rivera salientou que, na América Latina e Caraíbas, muitas vezes, as comunidades tradicionais não são consultadas e são excluídas da governação das AMP. Uma vez que o plano atual envolve a gestão por agentes privados de numerosas AMP é possível que as comunidades tradicionais percam direitos sobre os seus territórios. Vivienne recomendou vivamente que as comunidades exijam uma governação partilhada ou o direito à autogestão para corrigir esta situação. Na elaboração do Sistema Nacional de Áreas Protegidas do Brasil, Maria Aparecida Ferreira, da CONFREM, enumerou três categorias principais de unidades de conservação (UC) para uma utilização sustentável: Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Áreas de Proteção Ambiental (APA). As duas primeiras destinam-se especificamente às populações tradicionais, que reclamaram a gestão das RESEX. Este modelo obrigou-as a organizarem-se. Embora ainda frágil, a APA poderia funcionar bem com uma boa gestão, acrescentou.

Entretanto, na Colômbia, afirmou Lúvia Esther Arciniegas Liñan da Confederação dos Pescadores Artesanais das Caraíbas (CONFEPESCAR)/Rede Nacional de Mulheres da Confederação das Mulheres do Setor da Pesca, da Aquicultura e dos Defensores da Água e da Cultura (RENAMUPES), as zonas protegidas destinam-se mais a estrangeiros e turistas do que aos pescadores artesanais, que nunca são consultados sobre questões marítimas. Muitas vezes, as restrições significam que os habitantes originais não podem pescar nestas zonas.

Uma situação semelhante também prevalece nas Bahamas, segundo Adrian Bradfor La-Roda, da CNFO, Bahamas. O Governo das Bahamas está a ponderar transformar 30 % do seu território marinho em AMP, zonas onde muitas famílias pescam há mais de um século.

Katia Barros, da CONFREM, Brasil, informou que, no Brasil, foram criadas AMP inclusivamente na Amazônia, especificamente do tipo RESEX e implementadas em zonas costeiras e marinhas. A comunidade da PPE enfrenta inúmeros desafios quando se trata de reivindicar os seus direitos.

Grupo hispanofalante

O grupo hispanofalante também fez eco dos pontos salientados pelos grupos anteriores: criar solidariedade, problemas com as AMP, problemas da pesca industrial, reivindicação de direitos territoriais e utilização de documentação para adquirir direitos.

Os porta-voz concordaram que é necessário unir mãos para reforçar as organizações e construir solidariedade. Os pescadores devem intercambiar conhecimentos e debater problemas com os seus pares de outros países, bem como encontrar formas de resolver questões relacionadas com os direitos territoriais e a segurança social. É necessário educar os jovens para que se envolvam na luta e é necessário dar-lhes incentivos para se manterem a trabalhar no setor. É também importante dignificar a profissão e participar no espaço político.

Os problemas com as AMP são comuns em todos os territórios. Argumentaram que é necessária legislação específica que aborde as questões das zonas protegidas e da pesca artesanal. Embora



Apresentação dos resultados do grupo de oradores espanhóis pelo seu representante

o Brasil disponha de legislação em matéria de zonas protegidas que respeita as comunidades tradicionais, outros países da América Latina não a têm.

O grupo afirmou que os problemas com a pesca industrial não se limitam à costa. Os impactos ambientais são enormes e muitos atores do setor precisam de encontrar melhores práticas. A violência, o tráfico de droga, a expulsão de pescadores das zonas de pesca, a invasão de espécies exóticas devido à aquicultura e o conseqüente extermínio da fauna costeira autóctone constituem ameaças para o modo de vida dos pescadores artesanais. As alterações climáticas e os grandes conflitos nos territórios criaram mais problemas.

Para corrigir estas questões, é essencial preservar a soberania territorial e consultar as comunidades antes de serem tomadas decisões sobre os seus territórios e o seu futuro. Os conhecimentos científicos devem ser matizados com o conhecimento dos pescadores. Há muito poucos pescadores regularizados. A documentação é fundamental para que os pescadores estejam representados e reconhecidos, com proteção social e garantias legais.

Debate

Adrian Ribaric, do Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB)/Universidade de São Paulo (USP), afirmou que ateliês deste tipo permitem aos pescadores reunir-se e partilhar ideias. Também defendeu a mudança radical da forma como se percebem os pescadores artesanais, não como mortos de fome, mas como facilitadores da soberania alimentar, não como produtores de pequena escala, mas como os que alimentam o mundo.

Alejandro Bravo Avalos, do Fórum Mundial das Populações Pescadoras (WFFP)/ULAPA, Peru, salientou que, embora este país subscreva as Diretrizes PPE, não as aplica, e sublinhou que devem ser aplicadas em todos os países do mundo.

1 Os Caiçaras são populações tradicionais da costa do sudeste e sul do Brasil, que resultam da miscigenação de índios, brancos e negros, cuja cultura se caracteriza pela pesca artesanal, cultivo de pequenas hortas, caça, extração vegetal, artesanato e, mais recentemente, ecoturismo.

DIA 2: 03 DE NOVEMBRO DE 2022

4. Sessão 2: Segurança Social, Educação e Saúde

Katia Barros, da CONFREM, Brasil, começou com a apresentação das sessões do dia. A segunda sessão abordou alguns dos temas mais debatidos do primeiro dia: segurança social, educação e saúde.

Os participantes foram novamente divididos em grupos para aprofundar o debate. Foram criados dois grupos de hispanofalantes. A título de orientação foram colocadas as seguintes perguntas: a) Quais são as boas práticas em matéria de segurança social (mesmo que existam alguns problemas) em curso no país? e b) Quais são os principais problemas em questões de educação?

4.1. Apresentações dos grupos

Grupo brasileiro (português) — apresentado por Tatiane Cardoso, ACTIC, e Gilberto Ribas, CONFREM, Brasil

SEGURANÇA SOCIAL

Tatiane e Gilberto começaram por descrever a história da luta pelos direitos dos pescadores no Brasil, que remonta a tempos anteriores à Constituição do país. Esta longa história de luta contribuiu para a criação de uma legislação específica para os pescadores. No entanto, esta lei continua a estar ligada à agricultura e é necessário estabelecer políticas exclusivamente para a pesca. É essencial uma campanha para destacar os direitos dos pescadores e a sua necessidade de contar com segurança social. É preciso garantir que o pessoal da segurança social trate os pescadores com respeito. As campanhas deveriam ser alargadas a outros países, a fim de contribuir para a elaboração de políticas públicas.

EDUCAÇÃO

Os porta-voz defenderam que os conhecimentos tradicionais deveriam fazer parte dos sistemas de educação formal. Tal como na elaboração de políticas, também na educação os programas devem ser adaptados exclusivamente às pescas, dissociando-os da agricultura. Também seria benéfico o intercâmbio de conhecimento entre pescadores de pequena escala de todos os países.

SAÚDE

Os apresentadores abordaram vários aspetos da saúde:

Afirmaram que deve ser dada prioridade à saúde mental dos pescadores. Além disso, as doenças profissionais na pesca artesanal devem ser reconhecidas pelo sistema nacional de saúde. Os acidentes de trabalho durante a pesca e a bordo das embarcações devem ser registados e objeto de especial atenção. É necessário desenvolver antídotos para certos venenos produzidos pelos peixes.

Embora tenham sido realizados alguns progressos na prestação de cuidados especializados aos pescadores, os porta-voz afirmaram que ainda há muito a fazer. Por exemplo, faltam informações e dados sobre os tipos de doenças contraídas pelos pescadores artesanais. Também neste caso, é necessária a existência de políticas públicas adequadas para ajudar os pescadores a satisfazer as suas necessidades em matéria de saúde.

Tendo em conta que a maioria dos problemas mencionados decorrem da falta de visibilidade e de reconhecimento das atividades de pesca artesanal e dos povos indígenas, tanto os sistemas educativos como os sistemas de saúde devem complementar-se mutuamente. As decisões políticas devem respeitar e incluir conhecimentos locais. Por conseguinte, é igualmente importante reconhecer e valorizar os medicamentos tradicionais.



O grupo brasileiro partilha os seus pontos de vista sobre segurança social, educação e saúde dos pescadores artesanais

Grupo das Caraíbas (inglês) — Apresentado por Glaston Albert White, Jamaica, e Devon Stephen, Santa Lúcia

SEGURANÇA SOCIAL

Os porta-voz do grupo falaram da necessidade de contar com regimes exclusivos de segurança social para os pescadores artesanais. É igualmente necessário ajudar os pescadores a ter consciência da importância da segurança social. Salientaram a importância de reforçar as organizações de pescadores artesanais para uma melhor representação e para a reivindicação de direitos. Embora exista um fundo de assistência ao plano de reforma para homens e mulheres nos países das Caraíbas, este não se aplica aos pescadores. Há uma luta permanente para corrigir esta situação.

EDUCAÇÃO

Para este tema, os apresentadores centraram-se na sensibilização dos pescadores. Afirmaram que as organizações nacionais de pesca (ONP) deveriam educar os pescadores artesanais sobre os seus direitos sociais e incentivar os membros a recorrer aos serviços de segurança social. As Caraíbas dispõem de organismos privados de segurança social. Uma vez que nem todos os países os têm, as melhores práticas devem ser partilhadas e seguidas entre as ONP. As redes sociais, os painéis publicitários e os ateliês podem ser utilizados para a partilha de informação entre países. Entretanto, as ONP têm de colaborar com as instituições de ensino para sensibilizar ainda mais.

Os representantes do grupo consideraram igualmente que os programas educativos devem incluir novas metodologias e uma linguagem acessível aos pescadores. Para além do jargão específico da pesca artesanal, também devem ser tidas em conta as línguas locais na comunicação. O crioulo, por exemplo, é a língua que a maioria dos pescadores fala na Jamaica, e não o inglês.

SAÚDE

Os porta-voz alegaram que as ONP também têm um papel a desempenhar na regulação das iniciativas no domínio da saúde. Em St. Lucia, por exemplo, dedica-se um mês específico aos cuidados de saúde, durante o qual os profissionais de saúde rastreiam certas doenças, trocam informações e conhecem o estado de saúde dos pescadores, sem qualquer custo.



Os participantes partilham os seus diferentes pontos de vista sobre o desenvolvimento social dos pescadores artesanais na América do Sul

A educação em matéria de saúde também deve abranger a segurança no mar, e os pescadores devem receber formação sobre a utilização de equipamento de segurança, primeiros socorros e assistência em caso de emergência.

Devem ser criadas parcerias com o meio académico para estudar e documentar problemas de saúde relacionados com a pesca artesanal. Tal contribuirá para obter o reconhecimento oficial destes problemas de saúde, o que, por sua vez, asseguraria a cobertura de seguro.

A prevenção de doenças é também uma necessidade e pode ser incentivada através da sensibilização para medidas preventivas como regimes alimentares saudáveis e estilos de vida ativos.

Grupo de hispanofalantes A — Apresentado por Marta Machazek de Serrutt, Panamá

SEGURANÇA SOCIAL

Dado que os pescadores de pequena escala desempenham um papel importante na segurança alimentar, Marta argumentou que é importante criar um sistema de segurança social exclusivo para eles, que inclua prestações relacionadas com a deficiência, a velhice e a morte e que seja acessível e comportável.

Os regimes de segurança social diferem de país para país. No Panamá, por exemplo, a segurança social existe apenas para as empresas e a base contributiva é muito elevada, cerca de 30 % do salário recebido, o que se torna proibitivo para os pescadores artesanais. Por outro lado, na Costa Rica, no Chile e no Brasil existem regimes de segurança social mais avançados.

Uma das estratégias para reforçar a segurança social da pesca artesanal consiste em criar um sistema empresarial em colaboração com as organizações de pescadores de pequena escala, de modo que responda às suas necessidades. Outra estratégia consiste em ter um modelo em que o governo, os armadores e os pescadores partilhem o montante a pagar, de modo a que a segurança social se torne acessível aos pescadores artesanais.

EDUCAÇÃO

Os programas educativos devem incluir nos seus cursos informação sobre as atividades de pesca e a cultura ancestral. É importante estabelecer parcerias estratégicas com universidades e organizações não governamentais (ONG) para ministrar cursos e formação sobre pesca e questões da comunidade piscatória. A divulgação das medidas de sensibilização entre as comunidades piscatórias poderia ser feita através das redes sociais e das estações de rádio, sendo estas últimas um meio de comunicação importante para os pescadores. Devem ser criados programas especiais para a alfabetização e a educação de adultos, uma vez que muitos pescadores continuam a não saber ler nem escrever.

SAÚDE

Marta salientou a importância de ir para além do tratamento de doenças, centrando-se os cuidados na saúde preventiva e na investigação dos riscos para a saúde no trabalho. Os acidentes são frequentes no setor e é necessário formar os trabalhadores para que saibam lidar com eles. Por exemplo, embora os pescadores corram o risco de entrar em contacto com peixes venenosos, não existem protocolos sanitários para tratar um pescador que tenha sido envenenado.

Para além da prevenção e do reconhecimento das doenças profissionais, é igualmente essencial disponibilizar centros de saúde laboral nas comunidades locais. Não existem estruturas de cuidados médicos disponíveis para as comunidades e os doentes ou feridos têm frequentemente de viajar duas ou quatro horas para receber tratamento.

Grupo de hispanofalantes B — Apresentados por Mayela Quispe Gamarra e Alejandro Avalos, Peru, e Norberto Romero Palacio, El Salvador

Reconhecendo que as Diretrizes PPE já abrangem pontos importantes relacionados com a saúde, a segurança social e a educação, os participantes argumentaram que é preciso pressionar os governos para que apliquem as Diretrizes. Esta reivindicação tem de provir das comunidades.

EDUCAÇÃO

Os porta-voz recomendaram vivamente que as Diretrizes PPE fossem efetivamente aplicadas em todos os países da América Latina e Caraíbas. Além disso, devem ser divulgadas em todas as línguas,



O participante partilha as suas reflexões sobre os desafios de desenvolvimento social com que se deparam as comunidades piscatórias de pequena escala

incluindo na dos povos indígenas. Os *maratons*, por exemplo, são muito vulneráveis e é essencial fornecer-lhes uma versão traduzida do acordo na sua própria língua.

Embora todas as questões levantadas pelos representantes até à data já tenham sido mencionadas nas Diretrizes e sejam discutidas há quase uma década, os pescadores continuam sem as conhecer, como assinalaram os porta-voz. Norberto partilhou o exemplo de El Salvador, onde se fez um esforço para publicar as Diretrizes e distribuí-las aos pescadores, tentando colmatar esta lacuna. Na América Central, embora tenham sido impressos e entregues 200 exemplares a cada federação, estes só chegaram às mãos dos líderes das organizações ou sindicatos de trabalhadores da pesca e as informações não chegaram a um grande número de pescadores no terreno, como previsto.

Para além da divulgação das Diretrizes PPE, é igualmente necessário capacitar os pescadores no uso das novas tecnologias. Em El Salvador, por exemplo, os pescadores são enviados ao Peru para aprender a pesca por satélite em alto mar. Em El Salvador convém oferecer formação sobre reparação de embarcações a motor.

SEGURANÇA SOCIAL

Alejandro argumentou que os governos de todo o mundo são, em grande medida, indiferentes aos pescadores artesanais. Utilizou o exemplo do Peru para ilustrar esta situação: o país enfrenta uma corrupção desmedida e, apesar de ter um novo presidente que manifesta o desejo de mudança, o poder legislativo não o permite, algo parecido ao que contaram os participantes brasileiros.

Tal como os oradores anteriores, comentou que deve ser reconhecido o papel que foi desempenhado pelos pescadores para garantir a segurança alimentar durante o pico da pandemia, e desta maneira conseguir uma proteção legislativa para os pescadores de pequena escala.

Os participantes solicitaram igualmente um painel especial sobre segurança social na próxima reunião do Comité das Pescas (COFI).

5. Sessão 3: Desafios e estratégias face à economia azul

5.1. Considerações preliminares

Os moderadores partilharam notas sobre processos internacionais fundamentais que afetam diretamente a pesca de pequena escala e, em seguida, centraram-se na justiça azul para a pesca artesanal na América Latina. Posteriormente, os participantes foram divididos em grupos para debater em pormenor os desafios e as estratégias que coloca a economia azul.

Alfonso Simon Raylan, Sindicato dos Trabalhadores do Mar (SITRAMAR), Panamá

Alfonso salientou a necessidade de dizer «nós» quando se fala da pesca artesanal. Partilhou um folheto sobre as Diretrizes PPE, assinado por 13 organizações internacionais de pesca. O folheto enumerava cinco questões urgentes para os pescadores artesanais de todo o mundo:

1. Assegurar urgentemente um acesso preferencial e uma gestão colaborativa de 100 % da zona costeira.
2. Assegurar a participação das mulheres e apoiar o seu papel na inovação.
3. Proteger a pesca de pequena escala de setores concorrentes da economia azul.
4. Ser transparente e responsável na gestão das pescas.
5. Construir comunidades resilientes para fazer face às alterações climáticas e oferecer perspectivas aos jovens.

Vivienne Solis Rivera, CoopeSoliDar, Costa Rica

Vivienne comunicou que vários representantes da Ásia, África, América Latina e Caraíbas apresentaram as Diretrizes PPE na Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, celebrada este ano

em Lisboa. Salientou a necessidade de discutir as Diretrizes PPE na próxima reunião da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB). É necessário situar as Diretrizes PPE no contexto das realidades no terreno e que as exigências dos pescadores artesanais sejam levadas à escala mundial para obrigar os governos nacionais a prestar atenção à pesca de pequena escala.

Vivienne centrou-se na CDB, que é um quadro mundial para a biodiversidade. Um total de 196 países tinham assinado a CDB no dia da apresentação. Os países signatários deviam aprovar três novas questões para os próximos 10 anos (2020-2030), que deveriam ser abordadas na Conferência das Partes (COP 15), em Montreal, em dezembro de 2022.

Em seguida, Vivienne falou da categoria recentemente criada de área protegida para os oceanos — as Áreas Marinhas com Significado Ecológico ou Biológico (EBSA na sua sigla inglesa). Os critérios ambientais das EBSA determinam zonas únicas ou raras e dão prioridade a espécies em perigo, ameaçadas ou vulneráveis. Estes critérios podem ser utilizados para designar Áreas Marinhas Protegidas (AMP). Além disso, também existem “Outras Medidas Efetivas de Conservação Baseadas em Zonas” (OECM na sua sigla inglesa). Um exemplo de OECM são as zonas de pesca marinha na Costa Rica. Embora não sejam reconhecidas como AMP, são uma forma de governação entre os pescadores e o governo.

No entanto, segundo Vivienne, algumas questões sobre as áreas protegidas continuam por resolver. O que aconteceria ao processo de tomada de decisão, por exemplo, se as zonas de pesca existentes fossem classificadas como áreas protegidas ou de conservação?

Em seguida, Vivienne apresentou algumas recomendações da sociedade civil e dos pescadores de pequena escala sobre as áreas protegidas. A primeira é a necessidade do consentimento prévio e informado por parte das comunidades piscatórias e do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. As decisões territoriais podem afetar gravemente a utilização dos recursos de um país e o seu desenvolvimento económico. A biodiversidade e a economia azul estão interligadas. Os interesses não podem ser apenas económicos ou biológicos, mas devem também estar relacionados com as comunidades, o património cultural e os direitos dos povos indígenas e dos pescadores artesanais. Devem respeitar-se também os direitos humanos das comunidades locais, indígenas e afrodescendentes bem como as necessidades e os direitos das mulheres e das raparigas.

NESTOR Edgardo Roche, União Argentina de Pescadores Artesanais (UAPA), Argentina

Nestor falou do COFI, uma entidade da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO) dedicada à pesca. Embora o COFI se ocupe da pesca mundial e os pescadores considerem que têm direitos ao abrigo do COFI, poucos puderam entrar na conferência este ano (2022), participar como ouvintes ou intervir. Os que o conseguiram apenas tiveram três minutos para falar, pelo que foram obrigados a utilizar o inglês para garantir clareza e comunicação rápida.

Após a reunião do COFI, Nestor disse que, apesar de o WFF, o WFFP e outras organizações terem elaborado uma declaração conjunta sobre a PPE, não puderam apresentá-la durante o encontro oficial, no entanto, foi publicada na página Web e foi incluída no documento final.

5.2. Sombras a azul: análise do impacto da economia azul sobre a pesca artesanal na América Latina, apresentado por Leopoldo Cavaleri Gerhardinger, Brasil

A apresentação foi feita em linha com o relatório com o mesmo título publicado recentemente pela CIAPA. As agências internacionais estão a desenvolver campanhas centradas na abordagem do meio marinho como espaço para o desenvolvimento económico. O relatório centrou-se num inquérito sobre investimentos e conflitos ocorridos na América Latina e Caraíbas, com vista a uma melhor compreensão da economia azul neste contexto regional.

O Banco Mundial define a economia azul como a utilização sustentável dos recursos para o crescimento económico, preservando simultaneamente a saúde do ecossistema marinho. O termo

foi lançado pela primeira vez durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável de 2012, ou Rio +20.

O relatório da CIAPA centrou-se em 10 países de grande relevância para a pesca de pequena escala. Nas Caraíbas já se tinham iniciado estudos deste tipo nas Antilhas Ocidentais e nos Barbados. Na América Central e do Sul, o estudo centrou-se em 10 setores que competem com a pesca artesanal: aquicultura, gestão de recursos naturais/conservação da natureza, turismo, transportes/infraestruturas/logística, agricultura/pecuária, matriz energética, exploração mineira, desenvolvimento costeiro/utilização desorganizada dos solos, políticas públicas e outras indústrias. Nos 10 setores, foram realizados 541 investimentos entre 2012 e 2020 e foram documentados 192 conflitos. A maior parte dos investimentos destinaram-se à conservação do ambiente, desenvolvimento costeiro, energia, agricultura e turismo. A maior parte dos investimentos provém do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF na sua sigla inglesa). Os conflitos deveram-se principalmente ao desenvolvimento costeiro e a políticas públicas mal aplicadas.

É importante mudar o foco da economia azul para a justiça azul, um conceito que permitiria às pessoas abordar problemas que fossem para além da mera economia da pesca.

5.3. Apresentações dos grupos

Cada um dos quatro grupos debateu os setores da economia azul que existem nas suas respetivas regiões, os modelos de organização política para a tomada de decisões e as estratégias utilizadas para fazer face aos grandes processos internacionais. Pediu-se aos participantes que se centrassem nas possibilidades e estratégias de resposta e não tanto nos problemas propriamente ditos.

Grupo de hispanofalantes A — Apresentado por Norberto Romero Palacios, Federação das Associações de Cooperativas de Pesca Artesanal (FACOPADES de R.L.), El Salvador

Os oradores manifestaram a sua decepção pelo facto de as vozes dos pescadores artesanais terem tão pouco eco a nível mundial. Embora um dos principais objetivos dos acordos entre a União Europeia e a América Central fosse impedir que as frotas europeias explorassem os recursos da região, com



O participante da AIPAA ALC partilha as suas reflexões sobre o impacto da economia azul na pesca artesanal

a globalização tal foi ignorado. A pesca industrial constitui um enorme problema para a pesca no seu conjunto. Os recursos da pesca artesanal estão esgotados. Os pescadores artesanais devem encarregar-se de os proteger. Em El Salvador existem 249 comunidades piscatórias artesanais, afirmou Norberto. Os 28,700 pescadores do país exercem atividades de pesca apenas no Pacífico. Estes recursos devem ser conservados.

Grupo de hispanofalantes B — Apresentado por Marta Emelda Machazek de Serrutt, Unión de Pescadores Artesanales Bocatoreños (UPESABO), Panamá

Marta defendeu firmemente que a economia azul não é uma solução para as comunidades piscatórias. Os grandes complexos turísticos, típicos da economia azul, deslocizam as comunidades de pescadores. É raro a hotelaria abastecer-se de produtos locais, uma vez que os pescadores artesanais têm dificuldade em obter a certificação sanitária dos seus produtos.

Os complexos turísticos também bloqueiam o acesso dos pescadores, uma vez que, muitas vezes, os governos outorgam concessões territoriais aos agentes privados. Mesmo em situações extremas, como tempestades ou furacões, os pescadores não podem atracar em praias que sejam propriedade de hotéis, afirmou Marta.

A pesca desportiva, que também faz parte da economia azul, também entra em conflito com a pesca artesanal. Os pescadores desportivos não estão regulados, e assim não existe qualquer limite para o volume de capturas, o que conduz à extração sem qualquer controlo. Pescam espécies proibidas aos pescadores artesanais e têm acesso a zonas vedadas a estes.

ESTRATÉGIAS

As comunidades devem estar habilitadas a gerir os recursos costeiros. Os complexos turísticos devem ser obrigados a comprar produtos aos pescadores locais, a fim de gerar rendimentos para a comunidade.

Alejandro Avalos ainda trouxe mais interesse à apresentação ao salientar alguns princípios a ter em conta. No Peru, por exemplo, os pescadores têm livre trânsito, acesso e utilização gratuita da praia. Baseiam-se para isso no princípio dos direitos ancestrais, que devem também ser reproduzidos noutros países.

Grupo das Caraíbas (inglês) — Apresentado por Adrian Bradford La-Roda, CNFO, Bahamas

Adrian começou energeticamente, declarando que a economia azul é propaganda enganadora e falsa, concebida para monopolizar o setor das pescas em nome do desenvolvimento sustentável, da conservação e dos meios de subsistência alternativos, sem consultar ou envolver os pescadores de pequena escala.

Assinala que, até à data, não existe uma definição única do significado real de pequena escala. Poderia incluir definições variadas, desde a dimensão das embarcações até à dimensão da economia. No entanto, defendeu que a abordagem da economia azul é uma estratégia para minimizar o contributo real da pesca de pequena escala, as suas capturas e o seu contributo para a economia.

Enquanto representante da pesca de pequena escala, defendeu que todos se reunissem para salientar que são práticas sustentáveis, responsáveis e essenciais. Embora a pesca de pequena escala tenha continuado a funcionar durante a pandemia, apesar de todas as outras indústrias terem cessado, garantindo assim a segurança alimentar, após a pandemia o seu contributo não teve visibilidade e os pescadores viram-se empurrados para outras profissões devido a perdas. Embora a importação de produtos marinhos seja incentivada no seu país, a pesca artesanal não o é.

Para reforçar a PPE, é necessário que os pescadores se sentem à mesa quando se tomam decisões.



Os participantes participaram em debates sobre a economia azul e a PPE

Não podem permitir que outros o façam por eles, especialmente em espaços influenciados por grandes empresas e multinacionais. Ateliês como este são importantes para alinhar as diferentes vozes e criar colaboração, afirmou.

Grupo brasileiro (português) — Apresentado por Sra. Josana Pinto da Costa, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP)/Associação Nacional das Pescadoras (ANP), Brasil

DESAFIOS

O Brasil tem áreas protegidas que atribuem importância às comunidades tradicionais, afirmou Josana, o que ajudou a evitar o turismo e a criação de empresas da economia azul.

No entanto, Josana destacou vários problemas. Em primeiro lugar, a participação dos pescadores em reuniões e debates, incluindo nos conselhos de gestão de zonas protegidas, é limitada no país. No que diz respeito ao impacto ambiental, a passagem de navios de grande porte provocou a erosão da costa. A dragagem de fundos para permitir a atracagem de navios conduziu igualmente à formação de grandes vagas, que devastaram a costa, estuários e mangais. As grandes indústrias e os projetos costeiros, como a construção de portos, não só causam danos ambientais, como também expulsam as comunidades locais. Indústrias como a extração de minerais, a carcinicultura e a aquicultura surgiram como oportunidades de emprego promissoras para as comunidades locais, mas acabaram por não só frustrar as suas promessas, mas também privaram as comunidades piscatórias locais de direitos tradicionais.

Assim, a economia azul levou efetivamente à perda de direitos, à expulsão de populações dos seus territórios e ao esquecimento e perda das tradições. Josana também alegou que não era mais do que uma forma de retirar os direitos dos pescadores.

ESTRATÉGIAS

Josana centrou-se em estratégias de governação partilhada e reivindicação de direitos.

É preciso adoptar o modelo dos tribunais populares, que tem sido bem-sucedido em países asiáticos como o Sri Lanka e o Bangladeche. É necessário que os pescadores acompanhem o processo de avaliação do impacto ambiental. Deve ser criado um comité de pesca artesanal para encetar um diálogo com o Ministério do Ambiente e o novo Ministério das Pescas e da Aquicultura do país. Além disso, também se devem incentivar as audições públicas que dão voz aos pescadores.

É igualmente importante que os pescadores se organizem, especialmente na previsão de grandes projetos industriais. Josana deu o exemplo da comunidade de Cajueiro no Estado do Maranhão, que por falta de organização foi expulsa dos seus territórios tradicionais. Os territórios de pesca devem estar legalmente demarcados e protegidos. É essencial promover áreas protegidas orientadas para o reforço das comunidades tradicionais sustentáveis, afirmou Josana.

6. Visita de campo 1: Rota dos mangais e encontro com os golfinhos

O grupo realizou uma visita de campo à rota dos mangais, no Parque Estatal da Ilha do Cardoso. Em seguida, viram golfinhos que chegaram perto da praia no final da tarde para se alimentar. Os guias locais da AMOIP acompanharam os participantes, partilhando com todos os conhecimentos locais. Foi tirada uma fotografia oficial do grupo.



Participantes AIPAA LAC 2022 numa rota de mangais, guiados pelo representante da AMOIP, para recolher informações e trocar conhecimentos com a comunidade local

DIA 3: 04 DE NOVEMBRO DE 2022

7. Sessão 4: Mulheres na pesca artesanal e equidade de gênero

7.1. Reflexões iniciais sobre as mulheres na pesca artesanal

A sessão teve início com uma exposição de imagens de mulheres na pesca. As imagens tinham sido apresentadas pelos participantes antes do ateliê. Sete pescadoras compartilharam as suas experiências com o grupo.

Aracelly J. Mora, presidente, Coopemoluschomes R.L., Costa Rica



A falta de visibilidade das mulheres apanhadoras de marisco na Costa Rica levou, em 2013, à formação de uma cooperativa que luta pelos seus direitos, a Coopemoluschomes. É constituída por 45 mulheres e 5 homens. Criaram um plano de utilização participativa, reunindo conhecimentos tradicionais e científicos. As mulheres receberam benefícios pelo trabalho que fizeram.

Quando, durante a pandemia, a falta de apoio do Governo desmoralizou as mulheres apanhadoras de marisco, elas decidiram criar quatro grupos para assegurar a participação de todos os membros da cooperativa. Isso permitiu-lhes renovar a energia para dialogar, trabalhar e cuidar dos seus mangais.

Na Costa Rica, quando as mulheres decidiram abrir um pequeno restaurante para complementar os seus rendimentos, os donativos privados ajudaram a criar as infraestruturas e a adquirir equipamento. No entanto, uma empresa privada opunha-se à abertura deste negócio e mobilizou as autoridades locais em seu favor. Por exemplo, foi recusada uma licença para a eletricidade. Apesar da perda de motivação, as apanhadoras de marisco encontraram novas iniciativas com as quais colaborar. Aracelly partilhou este exemplo para mostrar que a unidade pode ajudar a superar circunstâncias difíceis.

Nadine Nembhard, secretária, CNFO, Belize



As atividades centradas nas questões relativas às mulheres no setor das pescas começaram em 2014 nas Caraíbas. Dois anos depois, segundo contou Nadine, foi lançada a Equipa de Género na Pesca (GIFT na sigla inglesa). A organização centra-se no género na região das Caraíbas, tem 15 membros e está aberta a todos.

Antes da publicação das Diretrizes PPE, as Caraíbas nunca tinham debatido questões de género no setor das pescas. Vários ativistas, organizações e académicos colaboraram para propor formas de incluir as questões de género nas políticas. Ainda assim, há muito pouca liderança feminina e poucas oportunidades para as mulheres nas Caraíbas.

Segundo Nadine, quando as mulheres falam sentem que não são ouvidas. O salário-mínimo no Belize é de 1,65 USD por hora e o seu salário mensal é modesto. Na maior parte das comunidades piscatórias artesanais do Belize, conta Nadine, são os homens que saem, pescam, vendem as capturas e trazem rendimentos para casa, enquanto as mulheres permanecem em casa e gerem o dinheiro. A sua investigação concluiu que, nas comunidades piscatórias, as mulheres querem ter mais oportunidades de gerar dinheiro e rendimentos. Na sua opinião, as organizações de pesca devem apoiar esta iniciativa.

Salientando o trabalho realizado até à data nas Caraíbas, Nadine comentou que, no Dia Internacional da Mulher, para promover a presença feminina na pesca, foi organizada uma jornada de formação.

No Dia de São Pedro, dia da festa nacional, Belize também acolhe um Forum da Mulher para destacar o seu papel no setor. A sua organização também colaborou com a CIAPA e com duas empresas exportadoras para debater várias questões, muitas das quais nunca tinham sido debatidas antes.

Marly Lucia da S. Ferreira, Secretária Nacional das Pescas da CONFREM, Brasil



Marly contou que o setor só poderia progredir se o crescimento das mulheres fosse apoiado e incentivado. Afirmou que o Secretariado das Mulheres da CONFREM desempenha um papel importante no reforço e na capacitação das mulheres na luta pelos seus direitos e pela visibilidade enquanto produtoras de alimentos em zonas protegidas e comunidades tradicionais. Este aspeto é importante num país em que a violência baseada no género é elevada e está frequentemente enraizada em estruturas sistémicas.

Durante a pandemia, as taxas de feminicídio aumentaram 20 % por razões várias. O isolamento, a falta de recursos e a falta de proteção governamental levaram a uma maior violência contra as mulheres. No entanto, o grupo conseguiu manter-se produtivo, mesmo durante a pandemia, utilizando as redes sociais para comunicar.

Afirmou que o Secretariado tinha analisado a forma como as mulheres se tinham organizado para explorar todo o seu potencial económico. Durante 14 anos, as mulheres trabalharam com êxito em redes na costa meridional do Estado da Bahia. Esta iniciativa estendeu-se a outros Estados costeiros do Brasil, como Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e Pará. A rede da Bahia expandiu-se da costa (com a participação de mais de 6,000 mulheres) para todo o Estado (com 19,000 mulheres). Lançaram igualmente uma campanha, a 25 de novembro de 2021, Dia Internacional do Combate à Violência contra as Mulheres.

Segundo Marly, é necessário educar e sensibilizar as mulheres sobre os seus direitos. Hoje, o Secretariado das Mulheres da CONFREM faz parte do maior movimento de mulheres e feministas da América Latina, a chamada Marcha das Margaridas. Desde 2019 as pescadoras defenderam os direitos sociais, a soberania alimentar, o reconhecimento como guardiãs do seu ambiente e o direito de produzir alimentos de forma sustentável. Esperam apresentar o seu programa reivindicativo ao presidente do país, Luiz Inácio Lula da Silva, em agosto de 2023.

Maria Martilene R. Lima, MPP/ANP, Brasil



Maria começou por falar de uma fotografia que trouxe, onde se veem várias mulheres que pescam lagosta em alto mar, algo bastante inaudito. As pescadoras contribuem em grande medida para as economias familiares, mas raramente são reconhecidas por isso. Embora o Ministério das Pescas tenha sido criado no anterior mandato do Presidente Lula, as mulheres continuam a ser invisíveis dentro dele, afirmou Maria. Comentou que nas conferências nacionais frequentemente se deparam com mesas de debate preenchidas por homens. Além disso, as poucas mulheres pescadoras presentes raramente têm oportunidade de falar.

Todas as razões de invisibilidade acima referidas são a razão pela qual as mulheres se organizaram para formar a Associação Nacional de Pescadoras, um espaço para debater a sua identidade, o seu papel como pescadoras, o seu acesso aos cuidados de saúde e outras questões.

Nas sessões de formação que realizaram, segundo explicou Maria, compreenderam a forma como os homens percebem as mulheres. Num ateliê, perguntaram aos pescadores se as suas esposas trabalhavam: eles responderam que não. No entanto, quando se representou num gráfico as horas de trabalho das mulheres e dos homens, verificou-se que as mulheres trabalhavam mais do que os homens. As mulheres fazem trabalho doméstico, têm empregos na comunidade e na igreja. Acordam cedo e deitam-se tarde. As mulheres cuidam dos filhos, da família e da comunidade. É importante que os pescadores reconheçam a importância das mulheres no setor, concluiu Maria.

Líbia Esther Arciniégas Liñan, Federação de Pescadores Artesanais e Ambientalistas do Departamento de Cesar (FEDEPESCE)/RENAMUPES, Colômbia



Líbia é da Colômbia continental e dirige uma federação de homens e mulheres que trabalham na questão dos direitos da mulher no setor das pescas. A RENAMUPES foi criada em julho de 2022, com representantes de homens e mulheres de diferentes organizações de pesca, como espaço de reflexão e debate sobre medidas de ajuda às pescadoras na Colômbia. O seu objetivo geral é promover, levar a cabo e desenvolver as atividades de pesca artesanal das mulheres ao longo da cadeia de valor (captura, transformação, gestão e comercialização).

Tatiane M. Cardoso, láctico, Brasil



Tatiane vem de uma comunidade que se dedica à seca de peixe, um legado que remonta a 1845, segundo comentou. Esses conhecimentos perderam-se quando o seu avô faleceu, em 2010. Embora o conhecimento da prática e técnica de secagem se mantenha, graças às mulheres da sua família, o conhecimento sobre a gestão da empresa perdeu-se com o falecimento do seu avô.

Assim, em 2011, Tatiane juntou-se a outras mulheres para criar uma associação, composta inicialmente por trabalhadoras da pesca artesanal que decidiram salvar o processo de secagem como atividade económica e feminista. Ao longo da história, as mulheres sempre transformaram peixe, mas em troca do seu trabalho apenas recebiam alimentos, enquanto os homens recebiam dinheiro. Quando o grupo decidiu retomar este processo de secagem, não tinham dinheiro. Precisavam que os pescadores lhes vendessem a crédito e que confiassem que depois do processamento elas os reembolsassem. Em dois meses, o grupo processou quatro toneladas de salmonete, gerando o equivalente a seis meses de salário-mínimo para cada uma das mulheres envolvidas na produção.

Mas também enfrentaram desafios. Os homens tinham autonomia nas comunidades. As mulheres eram vistas como meras recoletoras e não como produtoras. Quando havia uma divisão a parte da mulher era menor ou inexistente. As mulheres sentiram os preconceitos e tiveram problemas com os intermediários. Ao receber o seu primeiro pagamento a avó de Tatiane quis partilhá-lo, não compreendendo que aquele dinheiro era todo seu, era a sua quota-parte.

Durante a pandemia, o grupo comprou peixe, transformou-o e doou-o a famílias. Transformaram 22 toneladas de peixe fresco, com uma produção total de 11 toneladas de peixe seco, evitando assim a fome durante a pandemia.

Marta Emelda Machazek de Serrutt, Panamá, UPESABO/ULAPA, Panamá



Marta afirmou que os debates anteriores e a sua própria experiência demonstraram que as mulheres podem ocupar cargos de direção e podem ser administradoras mais produtivas do que os homens.

7.2. Apresentações dos grupos

Os direitos, os cuidados de saúde, a violência baseada no gênero, a economia e o conhecimento foram os principais temas que surgiram no debate sobre as mulheres na pesca artesanal. Os participantes dividiram-se aleatoriamente em quatro grupos que foram rodando os temas a cada 15 minutos. Assim, cada grupo devia preparar um plano de ação com base no que o grupo anterior tinha feito para cada tema específico. Dada a sua sensibilidade, os homens não entraram no debate sobre a violência contra as mulheres e, em vez disso, reuniram-se com o Leopoldo para debater a masculinidade. Isto permitiu a mulheres e homens abordar questões sensíveis separadamente e exprimir-se sem constrangimentos ou interrupções. As respostas do grupo levaram à criação do Plano de Ação para as Mulheres da Pesca Artesanal na América Latina e Caraíbas.

Grupo 1: Direitos

É imprescindível reconhecer as mulheres como peça fundamental da pesca de pequena escala. O grupo que discutiu o tema apresentou as seguintes recomendações para alcançar este objetivo: dar a conhecer às mulheres os seus direitos através das organizações da PPE; conseguir que os governos e as instituições laborais reconheçam os direitos e o trabalho das pescadoras em toda a cadeia de valor (por exemplo, o descasque do camarão, embora uma profissão valorizada, não é reconhecido como trabalho); exigir e obter a igualdade de remuneração; reforçar as organizações e redes de mulheres; aumentar a presença feminina em cargos de liderança e promover a sua capacitação e formação; melhorar as condições de trabalho específicas das mulheres; ensinar às crianças, desde tenra idade, os direitos das mulheres salientando que homens e mulheres têm direitos iguais; oferecer segurança às mulheres, a fim de evitar o feminicídio.

Grupo 2: Conhecimentos

O grupo que debateu este tema observou que as mulheres trazem consigo conhecimentos tradicionais e ancestrais, por exemplo, sobre medicina; têm um talento natural para a organização, gestão e ação política; têm maior capacidade de observação e uma perspectiva mais ampla do que as rodeia; e são um elemento vital para garantir a segurança alimentar. Hoje em dia, as mulheres mais jovens



Os participantes debatem o papel das mulheres ao longo da cadeia de valor das pescas durante a sessão de exposição fotográfica durante o ateliê

utilizam melhor as tecnologias do que os pescadores. Em geral, as mulheres estão a ganhar espaço político e

desejam trabalhar em condições de igualdade; fabricam, mantêm e utilizam cada vez mais ferramentas e artes de pesca que são tradicionalmente reservadas aos homens; e fazem parte da cadeia de produção, transformação e comercialização em alguns países, embora o processo de extração seja considerado uma atividade masculina. Tendo em conta tudo isto, os feitos das mulheres devem ser considerados iguais aos dos homens. O Chile deu um excelente exemplo de promoção da igualdade no setor das pescas, construindo barcos mais fáceis de ser manobrados por mulheres e outros países devem seguir o exemplo.

Grupo 3: Economia

O grupo opina que na América Latina se valoriza mais as mulheres do que noutras regiões. Apesar disso, é possível fazer mais para capacitar e incentivar a participação das pescadoras na economia, já que acrescentam valor aos recursos na cadeia da pesca. Estas são as suas recomendações: colocar mulheres como responsáveis pelas instituições administrativas; ouvir e respeitar as suas experiências; e devem ser dotadas de mais plataformas para partilhar as suas experiências. Deve também haver uma divisão equitativa do trabalho e o trabalho doméstico tem de ser remunerado. Convém dissipar alguns mitos que circulam sobre as mulheres na pesca (por exemplo, que as mulheres não podem pescar quando estão com o período menstrual) e utilizar os meios de comunicação social para destacar o papel das mulheres na pesca. Em termos de políticas, devem ser promovidos programas e projetos específicos para as mulheres; as Diretrizes PPE devem ser aplicadas; e conseguir que os bancos ofereçam às mulheres planos financeiros adequados. A fim de desenvolver a emancipação coletiva, deve promover-se o intercâmbio de conhecimentos entre as mulheres e alargar as suas redes.

Grupo 4.a: Saúde e Violência

O grupo sobre saúde e violência apresentou numerosas propostas para melhorar a saúde das pescadoras e protegê-las da violência doméstica.



Rumo ao Plano de Ação para a Igualdade de Género: As participantes partilham os pontos de discussão sobre as mulheres na PPE

Numerosos estudos demonstraram que a pesca artesanal tem um impacto direto na fisiologia feminina. A contaminação da água e as infecções agravam a situação. Qualquer política de saúde destinada às pescadoras deve ter em conta estes fatores. Devem ser reconhecidas como doenças de trabalho aquelas que afetam especificamente as mulheres. É também necessário que existam cuidados psicológicos ao domicílio. Os cuidados de saúde devem ser preventivos, abordando os riscos e as doenças sexualmente transmissíveis. Os conhecimentos tradicionais e as plantas medicinais devem ser valorizados. As mulheres pescadoras devem dispor de equipamento de proteção individual.

A questão das pescadoras vítimas de violência doméstica deve ser abordada. Em primeiro lugar, todos os tipos de violência devem ser reconhecidos e abordados, incluindo a violência sexual e a violência devida ao alcoolismo masculino. As mulheres vítimas de violência devem ter acesso gratuito à justiça e a defensores do direito público, a redes de apoio que oferecem refúgio, apoio financeiro, proteção de menores e assistência psicológica. Além disso, devem ser tomadas medidas preventivas, como as técnicas de autodefesa, para proteger as pescadoras da violência.

Tudo isto tem de ser acompanhado de mudanças na elaboração de políticas e na ação do Estado. Os ministérios que regem as questões da mulher devem dispor de um secretariado especializado que represente as pescadoras artesanais, liderado por uma mulher. Os funcionários públicos devem ser sensibilizados para as questões de género. As mulheres pescadoras devem beneficiar de segurança social e os seus direitos devem ser respeitados, mesmo que não disponham de documentação.

Grupo 4.b: Masculinidade

O grupo concordou que é necessário criar um plano estratégico para a igualdade de género a todos os níveis, nas comunidades, instituições, organizações e mesmo entre autoridades. Tem de haver formação específica em matéria de violência sexual, drogas, alcoolismo e resolução de conflitos. As tecnologias têm de ser adaptadas às mulheres. Os direitos tradicionais não escritos devem ser reconhecidos. Os homens devem apoiar os direitos e a defesa das mulheres.

7.3. Plano de Ação para a Igualdade de Género na Pesca Artesanal na América Latina e Caraíbas

PLANO DE AÇÃO PARA A IGUALDADE DE GÉNERO

Representantes dos pescadores artesanais de 16 países da América Latina e das Caraíbas reuniram-se na Ilha do Cardoso (Estado de São Paulo, Brasil) para o ateliê regional organizado pela CIAPA em colaboração com a CONFREM no âmbito do Ano Internacional da Pesca e da Aquicultura Artesanais (AIPAA-2022) para debater os desafios e estratégias regionais do setor.

Durante o *Ateliê AIPAA 2022 para a América Latina e Caraíbas: Celebrando a pesca sustentável e equitativa de pequena escala* os pescadores e as pescadoras elaboraram conjuntamente um plano de ação para a equidade de género na região, na sequência das disposições para a aplicação das Diretrizes voluntárias para garantir a sustentabilidade da pesca de pequena escala no contexto da segurança alimentar e da erradicação da pobreza (Diretrizes PPE).

Os participantes reconheceram que as políticas públicas para a igualdade de género não se encontram no mesmo nível de execução em todos os países da América Latina e Caraíbas. Nos países em que os sistemas jurídicos estão mais atrasados, devem ser envidados esforços para fazer avançar nova legislação, projetos e ações a favor dos direitos da mulher e da proteção do seu bem-estar mental, físico e profissional. Foi salientada a importância de salvaguardar os conhecimentos e práticas tradicionais e habituais das mulheres, vitais para manter o seu bem-estar económico e social, bem como o modo de vida das comunidades piscatórias tradicionais. É fundamental que o contributo das mulheres para a gestão das pescas e a governação ambiental seja plenamente reconhecido assim como o seu papel na segurança alimentar.

Os participantes destacaram as seguintes estratégias, para posterior desenvolvimento pelas associações de pescadores e pescadoras, organizações que as apoiam e decisores políticos:

- Criar ou retomar políticas públicas para as mulheres, com mecanismos eficientes de acompanhamento e avaliação que exijam uma aplicação eficaz dessas políticas;
- Assegurar que todas as pescadoras conheçam os seus direitos e medidas de proteção desde a infância e promover a formação em temas relacionados com os direitos da mulher, tornando-os realidade como políticas públicas governamentais em todos os domínios e no seio das organizações de pesca artesanal;
- Assegurar que as organizações governamentais e não governamentais adquiram capacidade e valorizem plenamente a legislação e os direitos de proteção das pescadoras, a sua aplicação e a promulgação de novas normas;
- Reforçar os debates sobre as violações dos direitos da mulher na região, a fim de promover novas vias para uma nova cultura de respeito e valorização das mulheres;
- Reconhecer os costumes e normas estabelecidas pelas comunidades como direitos tradicionais e garantir que os sistemas consuetudinários e tradicionais de posse se adaptem às reformas constitucionais ou jurídicas que reforcem os direitos das mulheres;
- Promover projetos e normas que garantam a participação e a capacidade de liderança das mulheres nas funções de tomada de decisão nas organizações de pescadores e noutras instâncias de tomada de decisão;
- Tornar mais visível e valorizado o trabalho das mulheres nas cadeias de valor da pesca artesanal, compensá-las pelos seus serviços domésticos e apoiar a sua diversificação económica, se necessário. As várias fases da cadeia de valor devem garantir a igualdade de pagamento entre homens e mulheres pelo mesmo trabalho;
- Promover a aprendizagem interpares entre as mulheres sobre a integração igualitária das mulheres no trabalho relacionado com a pesca e apoiar mutuamente as suas atividades económicas;
- Desenvolver estratégias para valorizar e desenvolver os conhecimentos e as competências das pescadoras, que cuidam das finanças domésticas, com uma visão abrangente da sua participação na cadeia de valor da pesca;
- Criar e executar planos estratégicos para a igualdade de género a todos os níveis (comunidade, organizações e autoridades públicas);
- Debater e executar a divisão de tarefas nas rotinas de trabalho das comunidades, com o objetivo de evitar a sobrecarga de trabalho das pescadoras;
- Disponibilizar instrumentos económicos (programas e projetos) exclusivamente para as mulheres, de acordo com os seus interesses e capacidades;
- Negociar com os sistemas bancários um tratamento favorável às mulheres, com financiamento diferenciado que lhes dê prioridade e apoie iniciativas lideradas por mulheres.
- Garantir a igualdade de género como critério fundamental na conceção e no apoio de todas as iniciativas que se desenvolvam nos territórios de pesca artesanal na América Latina e Caraíbas. Deve ser dada prioridade aos programas e projetos concebidos exclusivamente para apoiar a igualdade de género na pesca artesanal;
- Promover aprendizagem avançada sobre a igualdade de género para todas as gerações através de programas de educação familiar e de programas escolares;
- Reforçar as capacidades e desenvolver estratégias educativas dirigidas aos homens em matéria de violência sexual, abuso de droga, alcoolismo e resolução de conflitos, salientando o impacto do alcoolismo na violência contra as mulheres;

- Promover a adaptação das mulheres às novas tecnologias e garantir-lhes um acesso adequado às mesmas (por exemplo, embarcações e artes de pesca, equipamento de segurança pessoal, infraestruturas);
- Mobilizar os media para que promovam a importância da participação das mulheres na pesca artesanal e ajudem a pôr termo aos tabus existentes e à resistência à participação das mulheres na captura ou em qualquer outro papel ao longo da cadeia de valor da pesca;
- Contribuir com informações para eliminar mitos e estigmas que prejudicam as mulheres (por exemplo, as mulheres no período da menstruação não podem pescar);
- Promover a partilha de informações e a aprendizagem nas escolas sobre o papel das mulheres na pesca artesanal;
- Exigir serviços de saúde e a execução de programas especializados e humanizados, salientando que as mulheres pescadoras estão sujeitas a riscos específicos para a saúde laboral na pesca artesanal (doenças da pele, útero, ovários, infeções, etc.), tal como demonstrado por estudos que indicam quais as doenças causadas pelas atividades de pesca que afetam diretamente a saúde das mulheres;
- Combater a poluição da água e do ar para promover a saúde das pescadoras;
- Proteger o direito à segurança social de todas as pescadoras e trabalhadoras da pesca, independentemente de estarem ou não documentadas;
- Denunciar todas as formas de violência e a cultura de violência contra as mulheres da pesca. O feminicídio deve ser tratado com firmeza a todos os níveis da sociedade;
- Divulgar informação sobre legislação, serviços psicológicos, autodefesa, proteção jurídica especializada para as mulheres e suas famílias, e para as vítimas de violência, implementar redes de apoio para as pescadoras, com alojamento, apoio financeiro e proteção para os seus filhos;
- Salientar a violência institucional que afeta as pescadoras e a necessidade de assegurar a proteção dos menores e de assegurar o sustento das famílias afetadas;

Assegurar a formação em resolução de conflitos para pescadoras e mulheres jovens para conflitos decorrentes de qualquer tipo de violência;

- Garantir o acesso das pescadoras a serviços de aconselhamento, garantindo cuidados domiciliários ou de proximidade;
- Assegurar a prestação de cuidados psicológicos às mulheres vítimas de qualquer tipo de violência, em função do seu papel de género no trabalho produtivo, reprodutivo e de prestação de cuidados;
- Promover o acesso ao sistema judicial e aos seus serviços (Ministério Público) em casos de violência contra as mulheres;
- Facilitar o acesso a organizações que prestam serviços preventivos de saúde e serviços jurídicos às mulheres;
- Promover a formação em matéria de género junto das agências governamentais ou da sociedade civil ao serviço das mulheres;
- Promover programas educativos para promover o cuidado sexual pessoal e apoio em todos os territórios de pesca artesanal;
- Aprofundar os debates sobre o corpo das mulheres, a saúde e os direitos reprodutivos, bem como sobre a violência;
- Preservar e valorizar os conhecimentos tradicionais das mulheres sobre plantas medicinais nas políticas de saúde pública;

- Criar novas leis e políticas em matéria de equidade de género em solidariedade para com as pescadoras;
- Estabelecer um intercâmbio regular de informação e formação específica que permita às pescadoras exercer os seus direitos, bem como divulgar os ensinamentos retirados da aplicação das diferentes estratégias nacionais em matéria de equidade de género (por exemplo, quotas de género no México, iniciativas de segurança alimentar em vários países), assegurando assim o desenvolvimento de instrumentos adequados para as mulheres e o desenvolvimento de capacidades de dirigentes femininas.

8. Sessão 5: Capacitar as organizações latino-americanas: ULAPA

Os responsáveis pela ULAPA apresentaram a organização e os seus objetivos aos participantes do ateliê.

A primeira reunião presencial da ULAPA realizou-se em novembro de 2022 e teve a participação de representantes da Argentina, Belize, Brasil, Chile, Costa Rica, Colômbia, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Panamá e Peru. Flavio esclareceu que a ULAPA está em fase de crescimento e que, em breve, todos os países da América Latina poderão fazer parte da organização. Marta Machazek, secretária da ULAPA, apresenta um resumo do trabalho da organização, a história do movimento e a sua criação.

Em representação de El Salvador, Norberto Palacios fala sobre a divisão nos fóruns mundiais e declara que apresentará o problema no Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) para procurar soluções. Afirma que é necessário manter a unidade e resolver problemas, muitos dos quais não conhecem fronteiras.

Referindo-se ao ateliê, Flávio assinalou que é importante que sejam os próprios pescadores a representar a pesca artesanal nos fóruns.

DIA 4: 05 DE NOVEMBRO DE 2022

9. Visita de campo 2: Pesca tradicional na ilha do Cardoso

A equipa da AMOIP propôs dar aos participantes a oportunidade de ver a prática da pesca artesanal desenvolvida tradicionalmente na ilha do Cardoso. A visita começou num pavilhão com uma apresentação sobre as artes de pesca utilizadas, a instalação das redes de cerco e o processo de recolha. Houve também uma demonstração lúdica sobre a utilização da rede conhecida como *tarrafa*.



Demonstração de artes e materiais de pesca de pequena escala aos participantes da AIPAA LAC 2022 por parte das comunidades locais na ilha do Cardoso, Cananéia, Brasil



Salvamento e libertação de uma tartaruga marinha enredada na rede de pesca durante a demonstração aos participantes no ateliê

Em seguida, o grupo dirigiu-se ao cais e ao mirador para ver a faina. Durante a observação, os pescadores recolheram peixe com as suas redes. Para surpresa dos participantes, uma pequena tartaruga entrou na rede de cerco e os pescadores libertaram-na. Os participantes levaram para o restaurante alguns peixes e ostras recolhidas nos mangais próximos para os incluir no menu.

10. Despedida da AMOIP

No último dia, a equipa da AMOIP fez uma apresentação final ante todos os participantes, agradecendo-lhes a sua paciência e confiança. A equipa agradeceu à LDA e a todos os organizadores e participantes do ateliê AIPAA 2022 pelos seus esforços. Concluíram a sessão com uma rifa onde se sorteou uma rede *tarrafa* feita à mão. Alfonso Simon Raylan, do Panamá, foi o feliz ganhador.



Agradecimentos e cerimónia de encerramento a cargo da AMOIP

11. Sessão 6: Declaração do ateliê AIPAA para a América Latina e Caraíbas 2022 e encerramento

A última sessão foi dedicada à redação da declaração do ateliê. Beatriz Mesquita, da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ)/CIAPA, Brasil, agradeceu a todos pela sua participação e pelo esforço na elaboração do documento final.

Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros e Marinheiros (CONFREM)

Instituto Linha D'Água (LDA)

Ateliê para a América Latina e Caraíbas, AIPAA 2022: Celebrando a pesca artesanal sustentável e equitativa

2-5 de novembro de 2022, Parque do Estado da Ilha do Cardoso, Cananéia-SP Brasil

Anexos

Anexo 1

DECLARAÇÃO DE CANANEIA

Nós, representantes da pesca artesanal, de 16 países da América Latina e das Caraíbas: Argentina, Bahamas, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Panamá, Peru, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis;

Reunidos na cidade de Cananéia, Estado de São Paulo, Brasil, recebidos pela comunidade *caiçara* em Itacuruçá Pereirinha na ilha do Cardoso, uma comunidade piscatória tradicional que resiste há décadas a políticas conservadoras, continuando a pescar e a trabalhar com o turismo de base comunitária;

Reafirmando o nosso papel essencial na produção de alimentos saudáveis e nutritivos a partir dos mares, oceanos, rios e lagos, imprescindíveis na luta contra a fome e a favor da segurança alimentar, como ficou demonstrado durante a pandemia de COVID-19, quando fornecemos produtos do mar frescos à população;

Conformes com os princípios de cooperação internacional e regional, as normas em matéria de direitos humanos, os direitos ancestrais e todas as formas de colaboração entre as organizações de pescadores e as instituições de apoio, em pleno respeito dos seus direitos e do seu «lugar de fala»¹;

Reconhecendo o conhecimento das comunidades piscatórias tradicionais, dos afrodescendentes e de todos os povos indígenas e respeitando as suas culturas, modos de vida e realidades diferentes;

Reconhecendo a importância das mulheres no desenvolvimento da pesca artesanal;

Reconhecendo a importância dos governos nacionais e das organizações internacionais, como as Nações Unidas e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO);

Preocupados com a perda de direitos, juntamente com os impactos socioambientais adversos nos territórios da pesca artesanal e nos territórios marinhos ou «maretórios»² provocados pela globalização e por atividades económicas predatórias, excludentes e contaminantes fomentadas por projetos de desenvolvimento anunciados sob o rótulo de economia azul na nossa região;

Preocupados igualmente com o agravamento das alterações climáticas resultantes de atividades antropogénicas e os seus impactos negativos, como a subida do nível do mar, a intensificação e maior frequência de fenómenos meteorológicos extremos (furacões e inundações), a invasão de espécies exóticas, como o peixe-leão, e o surto de pandemias;

Chamando a atenção de todas as partes interessadas na sustentabilidade da pesca artesanal para os escassos progressos realizados até à data na aplicação das Diretrizes Voluntárias para a Garantia da Pesca Sustentável de Pequena Escala no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza (Orientações PPE);

Recordando que não se devem esquecer os ensinamentos aprendidos com a pandemia que resultaram numa maior rede de solidariedade entre as comunidades, os movimentos sociais da pesca artesanal e a agricultura familiar, bem como novas estratégias de comercialização, entre outras iniciativas;

Identificámos, após quatro dias de intensos debates, as seguintes áreas e prioridades de ação em toda a América Latina e Caraíbas, a fim de assegurar a continuidade, o desenvolvimento e o bem-estar das nossas famílias, comunidades e meios de subsistência:

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

É fundamental que a educação seja uma prioridade. Incentivar uma educação diferenciada e contextualizada que integre os conhecimentos tradicionais na educação formal e apoiar programas de alfabetização de adultos;

Promover projetos educativos para os pescadores que tenham em conta as suas necessidades locais;

Reforçar o papel dos jovens para melhorar a viabilidade da pesca artesanal no futuro;

Realizar ações de formação e reforço das capacidades para que as comunidades piscatórias artesanais entendam melhor a tecnologia (por exemplo, sistemas de navegação e comunicação por satélite), as redes sociais, a gestão da pesca, a escrituração e a contabilidade;

Desenvolver e divulgar material promocional sobre a pesca artesanal a nível nacional, a fim de educar os pescadores;

Informar a sociedade sobre questões relacionadas com a pesca artesanal através da utilização das redes sociais, meios de comunicação social e outros;

Prestar atenção às línguas locais, traduzindo material de comunicação para democratizar a informação e o conhecimento;

Promover uma ciência que reconheça o conhecimento dos pescadores e das pescadoras, e que se oriente pelas suas exigências e necessidades; e

Documentar o conhecimento e a história da pesca artesanal.

SAÚDE E SEGURANÇA ALIMENTAR

Promover a saúde preventiva, reconhecer a medicina tradicional pertinente e promover o peixe e os produtos à base de peixe como alimentos saudáveis;

Desenvolver uma base de dados sobre doenças profissionais na pesca artesanal e aplicar programas de saúde pública para lhes dar resposta, nomeadamente através de centros de saúde locais; e

Adotar políticas para lutar contra a violência, a exposição à delinquência, o tráfico de droga e outras pressões que afetam as nossas comunidades e pescadores artesanais.

FORMAÇÃO DE COLIGAÇÕES

Promover a coordenação das diferentes instituições, organizações de pescadores, governos, universidades, redes e outros atores a nível local, regional e internacional; e

Reforçar a representação dos pescadores da América Latina e Caraíbas nas coligações regionais e mundiais de pesca artesanal.

GESTÃO E RECONHECIMENTO

Reconhecer e respeitar os direitos ancestrais das comunidades tradicionais (por exemplo, a língua) e reconhecer, regularizar e registar os territórios dos pescadores;

Criar, reforçar, estruturar e reconhecer bases de dados e informação que possam apoiar a tomada de decisão e a gestão das atividades de pesca por parte das comunidades piscatórias;

Assegurar a visibilidade e o reconhecimento dos pescadores artesanais nas políticas públicas pertinentes da América Latina e Caraíbas;

Capacitar os pescadores, homens e mulheres, para gerirem os recursos haliêuticos;

Definir a pesca de pequena escala e de grande escala a nível nacional;

Desenvolver planos de ação nacionais em todos os países da América Latina e Caraíbas para aplicar as Diretrizes PPE;

Apelar a uma distribuição mais equitativa do tempo assignado a intervenções de pescadores nos pontos da ordem de trabalhos relacionados com a conservação marinha e pesca, especialmente durante as sessões do Comité de Pesca da FAO (COFI); e

Apoiar o reforço das ações e iniciativas dos pescadores, como a iniciativa «Apelo à Ação», apresentada na Conferência sobre os Oceanos em 2022, e desenvolver um processo de sensibilização nas várias reuniões mundiais que influenciam os nossos meios de subsistência.

SEGURANÇA SOCIAL

Adotar a proteção da segurança social na pesca artesanal, independente da agricultura, incluindo uma idade de reforma antecipada e uma cobertura de seguro de vida e de saúde para todos os pescadores e trabalhadores da pesca, incluindo as mulheres, em toda a cadeia de valor com regimes tanto públicos como privados.

AMBIENTE E ÁREAS PROTEGIDAS

Aplicar um seguro para o período de defeso como estratégia de conservação, em que o Estado pague quando estabeleça moratórias temporárias de pesca para proteger as espécies durante a sua reprodução;

Defender a governação partilhada e a utilização sustentável das zonas marinhas protegidas, à semelhança dos sistemas de Reservas Extrativistas e dos Termos de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) do Brasil ou nas Áreas Marinhas de Pesca Responsável da Costa Rica, bem como outros exemplos no domínio da governação partilhada, da cogestão das pescas e da autonomia territorial;

Solicitar aos Estados que apliquem instrumentos internacionais para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha, como “outras medidas eficazes de conservação baseadas em áreas” (OECM) ou Áreas Marinhas com Significado Ecológico ou Biológico (EBSA), ou que participem em iniciativas internacionais como a Coligação *High Ambition 30 x 30* (Grandes ambições), assegurando a participação efetiva dos pescadores, povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais nos processos de tomada de decisão relacionados com os seus territórios marinhos e costeiros, e após obter o seu consentimento livre, informado e prévio, em conformidade com a Convenção C169 da OIT;

Valorizar os esforços de conservação marinha realizados pelos povos ancestrais, tradicionais e indígenas, pelos afrodescendentes, pelas comunidades locais e pelas organizações de pesca, e defender outros modelos de governação estatal que adotem uma diversidade de zonas protegidas, que atuem em defesa dos territórios, comunidades e patrimónios indígenas e que preservem os recursos de acordo com uma abordagem baseada nos direitos humanos;

Assegurar a governação partilhada e a soberania das pescas e dos territórios indígenas nas zonas protegidas estabelecidas pelos governos, especialmente nos casos em que não tenha havido uma participação adequada das comunidades, resultando na exclusão dos pescadores dos seus territórios de pesca tradicionais; e

Regulamentar e supervisionar a recolha de sementes de moluscos de bancos naturais por parte dos aquicultores para iniciativas aquícolas.

CONFLITOS E ATIVIDADES ECONÓMICAS

Criar tribunais populares para resolver conflitos de natureza coletiva;

Reforçar as comunidades piscatórias face aos processos de avaliação ambiental nos seus territórios, processos que devem incluir pescadores e pescadoras através de audiências públicas e outros encontros, aplicando o princípio do consentimento livre, prévio e informado, em conformidade com a Convenção n.º 169 da OIT;

Evitar a expulsão dos pescadores artesanais devido a projetos de desenvolvimento e turismo;

Promover fontes alternativas de meios de subsistência, como a aquicultura familiar e o turismo, em consulta com as comunidades piscatórias;

Rever, a favor dos pescadores artesanais, as políticas públicas injustas que outorgam a concessão de águas públicas para a aquicultura; e

Rever e/ou regulamentar a pesca desportiva que compete com a pesca artesanal nas zonas de pesca e nas zonas protegidas, especialmente quando não existam medidas adequadas para supervisionar as capturas, os métodos e as práticas de pesca destrutivos desta atividade.

MULHERES

Reconhecer e divulgar informação sobre a importância das mulheres na pesca e garantir que as mulheres tenham liberdade, sejam ouvidas de forma atenta e participem em pé de igualdade em toda a cadeia de valor da pesca, desde a captura até à organização e gestão das instituições de pesca;

Reforçar a comunicação e a parceria entre as mulheres no setor das pescas (redes de mulheres, intercâmbios);

Promover o reconhecimento do trabalho das trabalhadoras da pesca por parte de organismos oficiais como o Ministério do Trabalho e outros, e a aplicação de políticas públicas dirigidas às mulheres;

Assegurar um tratamento diferenciado das mulheres através da conceção de projetos produtivos e da oferta de assistência financeira para apoiar as competências empresariais;

Reconhecer e respeitar o direito a creches, tendo em conta as longas horas de trabalho das mulheres no setor da pesca;

Adaptar as políticas produtivas e de saúde pública para dar resposta aos desafios específicos com que se defrontam as mulheres no setor das pescas (por exemplo, instalações sanitárias nos navios de pesca); e

Realizar campanhas para combater os estigmas contra pescadoras (por exemplo, unhas pintadas e maquilhagem).

1 O conceito de «lugar de fala» aprecia as realidades sociais, culturais e económicas do orador, quando participa num debate sobre um tema específico.

2 Entende-se por «Maretórios» as zonas costeiras e marinhas com utilização coletiva dos recursos naturais para a soberania alimentar, por parte dos seus habitantes tradicionais segundo as premissas da produção de bens de consumo, da economia sustentável, do trabalho digno, da preservação do património/ diversidade social, do reconhecimento e valorização do conhecimento e das ações, e das descobertas e relações de afeição com a natureza e a ascendência.

Anexo 2

FACILITAÇÃO GRÁFICA

PESSOAS DE REFERÊNCIA

Camila Mello, educadora, consultora e geógrafa

Gabriele M. Santos, estudante de pedagogia e investigadora na Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Juliana Greco, educadora, investigadora e doutoranda na UFPR.

Os dois painéis criados durante o ateliê destacaram os seguintes temas centrais através da visualização:

- falta de visibilidade da pesca artesanal,
- marginalização devida a estigmas e preconceitos existentes,
- insegurança alimentar e económica,
- impactos socioambientais,
- conflitos com a pesca industrial,
- sucessão intergeracional,
- necessidade de uma educação especializada que integre conhecimentos tradicionais e ciclos de marés,
- necessidade de segurança social especial para os pescadores
- o papel das mulheres na pesca artesanal,



Painel criado através da facilitação gráfica. O presente painel apresenta os principais desafios e ameaças para os pescadores de pequena escala na América Latina e Caraíbas



Painel sobre o debate da mulher na pesca. O painel demonstra as principais exigências e desafios e as ações prioritárias do Plano de Ação para a Igualdade de Género, elaborado durante o ateliê

- conflitos com a aquicultura e a privatização da água, e
- violação dos direitos decorrente da falta de consulta prévia às comunidades costeiras.

O primeiro painel visualiza os principais desafios e ameaças para os pescadores de pequena escala na América Latina e Caraíbas. O segundo painel centrou-se nas exigências das pescadoras artesanais e nas suas prioridades destacadas no Plano de Ação para a Igualdade de Género criado no ateliê.

COBERTURA AUDIOVISUAL COLABORATIVA

PESSOAS DE REFERÊNCIA

Coordenador — João Ricardo Cararo Lázaro, artista de comunicação educativa

Assistência técnica — Adayse Bossolani da Guarda e Leopoldo Cavaleri Gerhardinger

Claudia Chow, LDA

Gabriela Mendonça das Neves e Jorge Antonio Cardoso, AMOIP

Helia Farias Espinoza e Maria Rita Olyntho Machado, participantes no ateliê AIPAA 2022

As atividades audiovisuais ao longo dos quatro dias do ateliê são enumeradas a seguir:

- Dia 1: Gravação e fotografia.
- Dia 2: Criação de um guião para a gravação de vídeo e planeamento de filmagens. Foram incluídos discursos de representantes das organizações responsáveis pelo ateliê assim como testemunhos dos participantes.
- Dia 3: Conclusão das entrevistas e testemunhos do dia anterior. Gravou-se um videoclipe de um grupo musical local, Fandangueiros de Itacuruçá.
- Dia 4 e último: Gravaram-se as sessões finais e a visita de campo. O vídeo foi apresentado aos participantes.

O produto final do exercício colaborativo audiovisual do ateliê AIPAA América Latina e Caraíbas 2022 está disponível nos canais oficiais de YouTube da CIAPA (<https://www.youtube.com/watch?v=IpZ8-H54lzw>) e nos canais oficiais da AMOIP.

Anexo 3

DOCUMENTO DE SÍNTESE

Contexto

A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2022 como o Ano Internacional da Pesca e da Aquicultura Artesanais (AIPAA 2022), encarregando a FAO de liderar a celebração. Desta forma surge uma oportunidade para reiterar uma vez mais os objetivos das Diretrizes para a pesca artesanal e promover a sua aplicação.

Cerca de 90 % dos 140 milhões de pessoas que se dedicam à pesca em todo o mundo trabalham no setor da pesca de pequena escala, e na sua grande maioria residem no Sul Global. Estes pescadores e pescadoras de pequena escala capturam metade dos produtos do mar a nível mundial e fornecem mais de 60 % do peixe destinado ao consumo humano direto. Para cada pescador ou pescadora artesanal, há pelo menos quatro outras pessoas em terra que estão envolvidas em atividades conexas, como a preparação de artes de pesca, ou a transformação e a comercialização do produto. Estima-se que no mundo há mais de 500 milhões de pessoas cujo sustento depende da pesca. Enquanto atividade familiar, a pesca contribui diretamente para a segurança alimentar doméstica, com um lugar especialmente destacado para as mulheres que, para além de desempenharem o seu papel reprodutivo, se encarregam de colocar o produto no mercado e de alimentar os membros da família. Espera-se que a aplicação das Diretrizes PPE permita melhorar esta significativa contribuição para a segurança alimentar, os meios de sustento e a economia à escala local e nacional.

A pesca artesanal representa o primeiro e principal elo de uma longa cadeia de atividades sociais, culturais e económicas que determinam a saúde e o bem-estar das comunidades locais e da sociedade em geral. A pesca é muito mais do que uma mera atividade económica, antes faz parte da cultura, identidade e modo de vida das comunidades dedicadas à pesca em mares e rios, apresentando costumes, hábitos alimentares, ritmos de vida, rituais, crenças espirituais, valores, tradições e organizações sociais estreitamente ligadas à pesca e ao meio aquático de que dependem para o seu sustento. O fornecimento de peixe e produtos da pesca por pequenos produtores também desempenha um papel importante na soberania alimentar, permitindo que consumidores com baixos rendimentos com difícil acesso a outras fontes nutritivas comparáveis disfrutem do seu direito ao alimento e outros direitos humanos. Muitas vezes a pesca artesanal representa a única forma de proteção social disponível e acessível a muitas comunidades piscatórias marinhas e interiores.

A mulher desempenha um papel vital, apesar de pouco reconhecido e valorizado, na concretização do direito à alimentação através do fornecimento de peixe e de produtos da pesca. A FAO estima que, em 2018, havia 59,5 milhões de pessoas dedicadas diretamente à pesca de captura ou à aquicultura a tempo inteiro, ou mais frequentemente a tempo parcial, das quais pelo menos 14 % eram mulheres. Provavelmente o número real é muito superior, uma vez que o trabalho das mulheres no setor das pescas muitas vezes não é remunerado e não está registado. O contributo mais importante das mulheres no setor da pesca é nas fases de transformação e comercialização do produto. As mulheres, dinâmicas em qualquer região do mundo, demonstram toda a sua capacidade de empreendimento na transformação de peixe. Com efeito, a maior parte da transformação do pescado é efetuada por mulheres, quer à escala doméstica quer como assalariadas em indústrias transformadoras de grande escala. No entanto, apesar do seu sucesso empresarial, as mulheres muitas vezes enfrentam-se com consideráveis dificuldades e com condições de trabalho adversas. Podem também fazer face a uma concorrência desigual no acesso às matérias-primas para as suas atividades de transformação e comercialização.

A pandemia de COVID-19 pôs em evidência a falta de proteção social e o impacto desproporcionalmente negativo das medidas de controlo da pandemia no setor da pesca artesanal. Ao reduzir a oferta de peixe ao setor pós-captura, assim como o acesso a pesqueiros e recursos, também aos pescadores migrantes, as medidas de controlo da pandemia exacerbaram a pobreza na pesca artesanal, causando estragos que as mulheres suportam em medida desproporcionada.

Objetivos dos ateliês

Neste contexto, a CIAPA e os seus membros estão a organizar em 2022 quatro ateliês regionais e diálogos entre mulheres na Ásia¹, América Latina e Caraíbas, Europa e África, em parceria com organizações de trabalhadores da pesca a nível mundial.

O ateliê para a América Latina e Caraíbas realizar-se-á no Estado de São Paulo, no Brasil, de 2 a 5 de novembro. O objetivo geral do ateliê é reforçar o reconhecimento dos contributos cruciais da pesca artesanal para a segurança alimentar e a nutrição a nível mundial, a importância dos direitos de propriedade no setor e o desenvolvimento social. Os objetivos do ateliê são os seguintes:

- Reforçar o compromisso internacional entre organizações de pescadores e outras entidades afins em torno de temas de segurança alimentar, direitos de propriedade e desenvolvimento social.
- Aprofundar a cooperação entre organizações de pescadores e outras entidades afins em torno de temas de segurança alimentar, direitos de propriedade e desenvolvimento social.
- Amplificar a voz das mulheres para um desenvolvimento inclusivo da pesca de pequena escala.

O ateliê constitui também uma oportunidade para fazer um balanço da aplicação das Diretrizes PPE na América Latina e Caraíbas, a fim de erradicar a pobreza, garantir a segurança alimentar e nutritiva e promover os direitos de propriedade das comunidades piscatórias da pesca artesanal.

Participantes

O ateliê contará com 45 participantes de organizações comunitárias, associações de pescadores à escala nacional e internacional, redes de mulheres do setor das pescas e organizações da sociedade civil de toda a América Latina e Caraíbas. Os principais grupos destinatários serão as organizações envolvidas desde 2011 na preparação, negociação e aplicação das Diretrizes PPE na América Latina e Caraíbas, como o Grupo Regional da América Latina e Caraíbas do CIP (Comité Internacional de Planificación), ou as organizações e comunidades de pesca artesanal onde trabalham os membros da CIAPA nos seus contextos locais e nacionais.

Metodologia

O ateliê terá uma duração de quatro dias e centrar-se-á, em grande medida, na discussão dos obstáculos que os pescadores de pequena escala enfrentam no acesso aos recursos e às zonas de pesca, na forma como as comunidades e organizações se mobilizam para superar estes desafios e numa série de questões de desenvolvimento social. Serão tidos em conta os contributos dos pescadores durante o processo de preparação para determinar as questões e os temas específicos que serão debatidos no ateliê. Antes do encontro a CIAPA irá partilhar um questionário com os participantes para recolher os seus contributos, assim como fichas informativas sobre cada país.

Durante o ateliê também se poderão abordar outros subtemas fundamentais para o trabalho da CIAPA e das associações de pescadores parceiras como, por exemplo, os direitos humanos do pescador, as comunidades piscatórias, a proteção social, o impacto das políticas da “economia azul” sobre a pesca artesanal, o impacto das alterações climáticas e das iniciativas de adaptação e mitigação sobre a pesca artesanal, o papel das organizações, associações e cooperativas de pesca, a descentralização das estruturas de governação da pesca, a integração da igualdade e equidade de género nas pescas e a promoção do trabalho digno e do desenvolvimento social das comunidades piscatórias.

O ateliê consistirá nas seguintes atividades:

- Debates e iniciativas colaborativos onde os trabalhadores da pesca possam partilhar as suas experiências e perspectivas, aprender uns com os outros e desenvolver estratégias e planos de ação coletivos para abordar estas questões nos seus respetivos contextos locais e nacionais.
- Espaços abertos e inclusivos para que as associações de pescadores e as organizações que partilham as mesmas ideias se reúnam presencialmente e aprofundem a sua cooperação em torno de iniciativas em defesa da segurança alimentar e dos direitos de propriedade.
- Diálogos entre mulheres no setor das pescas, destacando a experiência da mulher na pesca, os obstáculos que enfrentam e as abordagens criativas que utilizam para enfrentar esses desafios.

A estrutura geral proposta para o ateliê é a seguinte:

- Dia 1: Debates sobre o acesso aos recursos haliêuticos e às zonas de pesca.
- Dia 2: Debates sobre o desenvolvimento social para uma pesca sustentável, a segurança alimentar e a erradicação da pobreza.
- Dia 3: Diálogo sobre as mulheres e o género no setor das pescas.
- Dia 4: Elaboração de uma declaração coletiva sobre os temas específicos de interesse prioritário para os participantes e de um plano de ação para abordar os problemas da região.

1 O ateliê dedicado à Ásia teve lugar de 5 a 8 de maio em Bangucoque, Tailândia, e contou com 60 participantes de 11 países do sul e do sudeste asiático, a saber, Bangladeche, Camboja, Índia, Indonésia, Malásia, Myanmar, Paquistão, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia e Vietname. Para mais informações sobre o ateliê, consultar: <https://www.icsf.net/resources/asia-workshop-iyafa-2022-celebrating-sustainable-and-equitable-small-scale-fisheries/>

Anexo 4

Programa

Dia 1 — Quarta-feira, 02 de novembro de 2022	
Cerimónia de abertura:	
09H00 — 13H00	Cerimónia mística
	Pausa para café
	Mesa de abertura
	Informação geral
13H00 — 14H00	Almoço
14H00 — 18H00	Sessão 1: Contexto da pesca artesanal e expectativas sobre o ateliê
	Pausa para café
	Fim da sessão
19H30 — 22H00	Jantar
	Apresentação de música local
Dia 2 — Quinta-feira, 03 de novembro de 2022	
09H00 — 13H00	Sessão 2: Segurança Social, Educação e Saúde
	Pausa para café
	Fim da sessão
13H00 — 14H00	Almoço
14H00 — 18H00	Sessão 3: Desafios e estratégias face à economia azul
	Visita de campo 1: Rota dos mangais e encontro com os golfinhos
	Fim da sessão
19H30 — 20H30	Jantar

Dia 3 — sexta-feira, 04 de novembro de 2022	
9H00 — 13H00	Sessão 4: Igualdade de género na pesca artesanal
	Pausa para café
	Fim da sessão
13H00 — 14H00	Almoço
14H00 — 18H00	Sessão 5: Capacitar as organizações latino-americanas e a ULAPA
19H30 — 22H00	Jantar
	Apresentação de música local
Dia 4 — sábado, 05 de novembro de 2022	
9H00 — 13H00	Visita de campo 2: A pesca tradicional na ilha do Cardoso
13H00 — 14H00	Almoço
14H00 — 14H30	Despedida da AMOIP
14H30 — 15H00	Declaração do ateliê AIPAA de 2022
	Pausa para café
17H00 — 19H00	Fim da sessão e encerramento

Anexo 5

Lista dos participantes

- | | | |
|---|--|---|
| 1 | NESTOR Edgardo Roche
Unión Argentina de Pescadores
Artesanales (UAPA), Argentina
nestorroche@gmail.com
54 9 2920 53 3324 | davidchacono619@gmail.com
506 6171 3468 |
| 2 | Adrian Bradford La-Roda
Bahamas Commercial Fishers Alliance,
Bahamas
alarodabahafish@gmail.com
1 (242) 427-2441 | 10 Vivienne Solis Rivera
CoopeSoliDar, Costa Rica
vsolis@coopesolidar.org
506 8369 8028 |
| 3 | Nadine Orchid Nembhard
Belize Fishermen Cooperative
Association, Belize
nadine_nem@yahoo.com
1 (501) 624-5364 | 11 Patricia Mercedes Santos Barreto
FENACOPEC, Equador
patita271084@hotmail.com
593 98 676 3148 |
| 4 | Josana Pinto Da Costa
Movimento de Pescadores e Pescadoras
(MPP)/ANP, Brasil
josanaserrao@gmail.com
55 93 9192-7149 | 12 Neiva Gulnara Carrasco Santos
C-CONDEM, Equador
neiva.carrasco.s@gmail.com
593 98 875 6719 |
| 5 | Miguel Alfonso Avalos Medina
CONAPACH, Chile
mavalos1968@gmail.com
56 9 8932 0015 | 13 Norberto Romero Palacios
FACOOPEDES, R.L., El Salvador
norbertorp@gmail.com
503 6103 0331 |
| 6 | Juan Caceres
CONAPACH, Chile
conapach2017@gmail.com
56 9 7951 7800 | 14 Oscar Gabriel Marroquin
Valladares FENAPESCA, Guatemala
oscarmarroquin01@gmail.com
502 5821 6176 |
| 7 | Libia Esther Arciniegas Liñan
CONFEPESCAR, Colômbia
tripoli150174@gmail.com
57 301 457 9729 | 15 Glaston Albert White
Jamaica Fishermen Cooperative Union
Ltd., Jamaica
whiteglaston@yahoo.com
1 (876) 423-3615 |
| 8 | Aracelly Jimenez Mora
CoopeMolusChomes R.L., Costa Rica
coopemoluscoschomes@gmail.com
506 6455 5965 | 16 Lorena Elodia Ortiz Martinez
CONMECOOP, México
arqloreortiz@gmail.com
OU conmecoop@gmail.com
52 667 233 5387 |
| 9 | David Chacon Rojas
CoopeTarcoles R.L., Costa Rica
ULAPA | 17 Marta Emelda Machazek de Serrutt
Union de Pescadores Artesanales
Bocatoreños (UPESABO), Panamá
marthamachazeck14@hotmail.com
507 6581 0074 |

- 18 Gavino Antonio Acevedo Gonzalez
Asociación de Pescadores Artesanales de
La Enea (APALE), Panamá
gavinoacevedo40@gmail.com
507 6413 8212
- 19 Alfonso Simon Raylan
Sindicato de trabajadores del Mar
SITRAMAR, Bocas del Toro Territorio
Comarcal Gnohe Bugle, Panamá
alfonsosimon1112@gmail.com
(+507) 6354 2303
- 20 Alejandro Bravo Avalos
FIUPAP, Peru
nanobravo02@gmail.com OU
nanobravo2@hotmail.com
51 990 764 200
- 21 Mayela Quispe Gamarra
FIUPAP, Peru
imayelaquispega@gmail.com
51 996 465 440
- 22 Winston George Hobson
Cooperação de Nevis Fisherman, São
Cristóvão e Neves
atta.fish4u@hotmail.com
1 (869) 663-8958
- 23 Devon Shirron Stephen
St. Lucia Fisherfolk Cooperative Society
Limited, Santa Lúcia
devonstephen@live.com
1 (758) 720-8688
- 24 Beatriz Mesquita Pedrosa Ferreira
ICSF/FUNDAJ
mesquitabia@hotmail.com
55 81 9632-9230
- 25 José Alberto Lima Ribeiro
CONFREM
Beto _ pescador _ prainha@yahoo.com.
br
55 85 99723-8146
- 26 Ormezita Barbosa de Paulo
Pescadores (CPP)
ormezita@gmail.com
55 85 99721-5956
- 27 Gilberto Ribas
CONFREM
g.r.giba20@gmail.com
55 48 99147-3944
- 28 Marly Lúcia da Silva Ferreira
CONFREM
marliluciasilva@yahoo.com.br
55 91 8764-7105
- 29 Leopoldo Cavaleri Gerhardinger
ICSF/ICTA
leocavaleri@gmail.com
55 47 9285-8456
- 30 Katia Regina Aroucha Barros
ICSF/CONFREM
krabarro@gmail.com
55 98 7001-1021
- 31 Maria Martilene Rodrigues de Lima
Pescadores e Pescadoras (MPP)
martilenerodrigues@yahoo.com.br
55 85 9117-9201
- 32 Maria Aparecida Ferreira
CONFREM
cidaibiraquera@gmail.com
55 48 9928-9916
- 33 Nilmar Conceição
Pescadores e, Movimento de
marnil _ 45@hotmail.com
55 53 8469-3060
- 34 Flávio Lontro
CONFREM
flaviolontro@gmail.com
55 21 99578-0016
- 35 Maria Rita Olyntho Machado
CONFREM, Instituto Marés
mromachado@gmail.com
55 21-99532-2878

Participantes brasileiros

- 36 Ligia Rocha
Organização, Consultoria
ligiarocha2023@gmail.com
55 13 99745-7500
- 37 Henrique Kefalás
ICSF/Organização, ICSF/Linha D'Água
henriquekefalas@linhadagua.org.br
55 11 95167-4648
- 38 Natália Bahia
Organização Linha D'Água
nataliabahia@linhadagua.org.br
55 24 99944-2422
- 39 John Maciej
Organização Linha D'Água matias.
john.w@gmail.com
55 19 97146-3334
- 40 Felipe Leal
LDA, Linha D'Água
clauchow@gmail.com
+55 11 951674648
- 41 Adrian Ribaric
CONFREM, NUPAUB/USP
adrianribaric@yahoo.com.br
55 11 93730-0702
- 42 Tatiana Cardoso
Comunidades Ilha, Articulação
articulacaoilhado Cardoso@gmail.com
55 11 99643-2326

Equipa áudio visual

- 43 Aldemir Carlos Neves
Comunidades Ilha Cardoso
articulacaoilhado Cardoso@gmail.com
55 13 99778-2364
- 44 Gabriela Mendonça das Neves Cardoso,
Comunidades Ilha
articulacaoilhado Cardoso@gmail.com
55 13 99612-8330
- 45 Jorge Cardoso
Comunidades Ilha Cardoso jorge.
enseada@gmail.com
55 13 99785-2935
- 46 Claudia Kuen Rae Chow
Linha D'Água
clauchow@gmail.com
55 12 99187-6903
- 47 João Ricardo Cararo Lazaro
joaorlazar@gmail.com 55 48 996 157 140
- 48 Adayse Bossolani da Guarda
PainelMar
agbossolani2@gmail.com
55 13 99655-7380
- 49 Hélia Del Carmen Farías Espinoza
CONFREM
heliafarespinoza@gmail.com
55 47 98432-2402



Organizada por



Coletivo Internacional de Apoio ao Pescador Artesanal (CIAPA)
Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas (CONFREM)
Instituto Linha D'Água e
Associação de Moradores de Itacuruçá Pereirinha (AMOIP)

Ateliê para a América Latina e Caraíbas — AIPAA 2022 **Celebrando a pesca sustentável e equitativa de pequena escala**

O Coletivo Internacional de Apoio ao Pescador Artesanal (CIAPA), em parceria com a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas do Brasil (CONFREM), o Instituto Linha D'Água e a Associação de Moradores de Itacuruçá Pereirinha (AMOIP) organizou um ateliê internacional intitulado “AIPAA 2022-Celebrando a Pesca Sustentável e equitativa de pequena escala” para a região da América Latina e Caraíbas, de 2 a 5 de novembro de 2022, em São Paulo, Brasil. O ateliê da América Latina e das Caraíbas foi o segundo da série de quatro ateliês regionais previstos pela CIAPA no âmbito da proclamação de 2022 como Ano Internacional da Pesca e da Aquicultura Artesanais (AIPAA) pelas Nações Unidas. O ateliê centrou-se em debates sobre a aplicação e o acompanhamento das Diretrizes PPE e centrou-se especificamente nos temas dos direitos de propriedade, desenvolvimento social e género e as mulheres no setor das pescas. O ateliê contou com um grupo diversificado de 54 participantes de Organizações da Sociedade Civil, Comunitárias e de Pesca de 16 países: Argentina, Bahamas, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Peru, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia. Os quatro dias de debate culminaram na formulação da *Declaração do ateliê AIPAA ALC* e do *Plano de Ação para a Igualdade de Género*.

ISBN 978-93-80802-59-6

